

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E  
DOCUMENTAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

**SILVANEY SILVA SANTOS**

**O MECENATO DAS LETRAS EM SERGIPE:  
JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MOVIMENTO  
CULTURAL DE SERGIPE  
(1950-1960)**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2014**

**SILVANEY SILVA SANTOS**

**O MECENATO DAS LETRAS EM SERGIPE:  
JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MOVIMENTO  
CULTURAL DE SERGIPE  
(1950-1960)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Núcleo de Ciência da Informação da  
Universidade Federal de Sergipe como pré-  
requisito para obtenção do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia e Documentação.

**Orientadora:** Profa. Ma. Glêyse Santos Santana

**SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)**

237m

SANTOS, Silvaney Silva

O mecenato das letras em Sergipe: José Augusto Garcez e o Movimento Cultural de Sergipe (1950-1960) / Silvaney, Silva Santos. São Cristóvão (SE), 2014.

90 f.

Orientadora: Profa. Ma. Glêyse Santos Santana.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Ciência da Informação, 2014.

1. Arte – Mecenato - Sergipe. 2. Livro - História. 3. Garcez, José Augusto. I. Título.

CDD-700.9

**SILVANEY SILVA SANTOS**

**O MECENATO DAS LETRAS EM SERGIPE:  
JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MOVIMENTO CULTURAL DE  
SERGIPE (1950-1960)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

**Orientadora:** Profa. Ma. Glêyse Santos Santana

---

Profa. Ma. Glêyse Santos Santana - UFS  
(orientadora)

---

Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari - UFS  
(Membro – Convidado - Interno)

---

Profa. Ma. Bárbara Coelho Neves - UFS  
(Membro – Convidado - Interno)

Ao meu filho Mozart Amon Oliveira Santos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de consideração, gratidão e carinho aqueles que contribuem para o nosso “evoluir” constante. Sem pessoas no nosso “caminho” não conseguiríamos viver, se adaptar, muito menos aprender a ser.

Por mais uma etapa alcançada agradeço primeiramente a Deus, GESTOR de tudo, a força que faz-nos seguir...

Aos meus amados pais, Antônia e Pedro Ricardo, exemplos de superação, coragem e dedicação;

A minha esposa Mara Rose, meu filho Mozart Amon e minha sobrinha Shawecem, “combustíveis” fundamentais para seguir essa caminhada...

Aos meus verdadeiros amigos, pela força e incentivo nessa longa, árdua, porém, gratificante trajetória;

A minha excelente professora-orientadora Profa. Ma. Glêyse, pelo trabalho sério e competente; por diminuir minhas dúvidas e incertezas, pedra angular para construção dessa pesquisa;

A entrevistada Sra. Sílvia Garcez, por me fornecer dados relevantes sobre o seu pai José Augusto Garcez para fundamentação deste trabalho;

Aos bibliotecários e atendentes das unidades informacionais pesquisadas (Biblioteca Central da UFS, Biblioteca Epifânio Dória, Arquivo Público do Estado de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Biblioteca Luiz Antônio Barreto (UNIT-Farolândia), Biblioteca de Laranjeiras (UFS)). E em especial a Wesley Marques Santos, atendente do setor de Documentação Sergipana (UFS-BICEN) e o Sr. Donaud, servidor público do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), pelo atendimento e facilitação ao acesso à informação.

A todos os professores e colegas do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe.

“Não se pode conservar a história destruindo seus monumentos, seus arquivos, queimando livros, soterrando documentos”.

(José Augusto Garcez, 1954)

## RESUMO

O presente trabalho está inserido no eixo temático Memória, Informação e Sociedade e versará de forma geral, acerca da história do livro e da editoração em Sergipe na segunda década do século XX. Especificamente, abordar-se-á o Movimento Cultural de Sergipe e aspectos da biografia de seu principal idealizador, o Sr. José Augusto Garcez, temática que estreita a relação entre a sociedade sergipana do período e a informação veiculada pelo referido movimento. A história da editoração e consequentemente a do livro em Sergipe estão por se construir. Neste sentido, se justifica este estudo, não somente por abordar tema até então inédito nas pesquisas sergipanas, ao qual este trabalho lançará um primeiro olhar, mas também por buscar desvendar a história do livro e da editoração em Sergipe, que passou inevitavelmente pelo interesse do desenvolvimento cultural dos sergipanos e congregou a elite intelectual e financeira do estado à época. Para se chegar à especificidade da temática, em primeiro lugar, abordar-se-á de forma panorâmica, conceitos como o de livro, editoração, editor, além de se contextualizar a história geral do livro partindo desde os nossos primeiros suportes, das paredes das cavernas ao período do homem tipográfico (entre os séculos XV e XVIII), destacando de forma contextualizada alguns nomes importantes para evolução do suporte livro. Posteriormente, buscou-se entrever aspectos da vida de José Augusto Garcez que nas décadas de 1950 e 1960 fundou o Movimento Cultural de Sergipe. Isto, pois, perceber o contexto social, econômico, político e cultural em que este sergipano estava inserido é fundamental para se compreender a amplitude do referido movimento, sua atividade editorial, a rede de sociabilidade criada para difusão de obras de autores sergipanos e a construção simbólica da imagem do mecenas das letras na terra dos cajueiros e papagaios.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Livro. Editoração. Movimento Cultural de Sergipe. Mecenato. José Augusto Garcez. Mecenato.



## **ABSTRACT**

This work is a part of the thematic axis, which is Memory, Information and Society and it will focus generally on the history of books and publishing in Sergipe in the second decade of the twentieth century. Particularly, the Cultural Movement of Sergipe and some aspects of the biography of its main founder, Mr. José Augusto Garcez, a topic that narrows down the relationship between the society of Sergipe of that period and the information conveyed by that said movement. The history of publishing and therefore the books in Sergipe are still being created. So, this study is justified, not only by addressing a topic which has never been studied before in researches in Sergipe, which this work will also have a first look at, but it will also seek to unravel the history of books and publishing in Sergipe, which inevitably became the interest of the cultural development of the people of Sergipe and which has brought together the intellectual and financial elite of the state at said time. In order to arrive in the specificity of the topic, first of all, we must look at concepts such as book, publishing, publisher and others in a more panoramic way. In addition to contextualizing the overall story starting from our early supporters, from the walls that were drawn on by the caveman to the period of Typographic Man which is between the fifteenth and eighteenth centuries, looking in a more contextualized view some key names for the development of the book support. Afterwards, we sought to glimpse at some aspects of Jose Augusto Garcez's life who in the 1950s and 1960s founded the Cultural Movement of Sergipe. To understand the social, economic, political and cultural context in which Jose Augusto Garcez was inserted in is of fundamental importance to comprehend the magnitude of that said movement, its editorial activity, its sociability network created to disseminate works of authors from Sergipe and the symbolic construction of the image of the Maecenas of letters in the land of cashew trees and parrots.

**KEYWORDS:** Book history . Publishing. Cultural Movement of Sergipe.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**MCS** - Movimento Cultural de Sergipe

**JAG** - José Augusto Garcez

**UFS** - Universidade Federal de Sergipe

**UNIT** - Universidade Federal de Sergipe

**BICEN** - Biblioteca Central da UFS

**APES** - Arquivo Público Estadual de Sergipe

**IHGS** - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**CEN** - Companhia Editora Nacional

**BA** - Bahia

**SE** - Sergipe

**A.A. B. B** - Associação Atlética do Banco do Brasil

**PDS-PR** - Partido Democrático Social e Partido Republicano

**JK** - Juscelino Kubitscheck

**Pt.** - Ponto

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTO 1</b> - Casarão da Fazenda Escurial.....	46
<b>FOTO2</b> - Colégio Tobias Barreto – Alunos em Formação. Instituição em que JAG estudou	50
<b>FOTO 3</b> - Escola Marista Nossa Senhora da Vitória .....	51
<b>FOTO4</b> - Diploma de membro da Sociedade Brasileira de Folk Lore recebido de seu presidente Luís da Câmara Cascudo em 11 de nov. de 1951.....	54
<b>FOTO 5</b> - Foto de Luís da Câmara Cascudo e José Augusto Garcez.....	55
<b>FOTO 6</b> - Visita de Luís da Câmara Cascudo à São Cristóvão acompanhado por JAG, João Augusto Garcez, Frei André, o poeta Freire Ribeiro e o escultor Leonardo Lima.....	56
<b>FOTO 7</b> - Sede do Museu de Arte e Tradição, localizado no município de Itaporanga D'ajuda/SE .....	58
<b>FOTO 8</b> - Antiga sede do Museu de Arte e Tradição, localizada na Rua Estância-AJU-SE.....	58
<b>FOTO 9</b> - Capa do livro Realidade e Destino dos Museus e JAG na Biblioteca Tobias Barreto.....	59
<b>FOTO 10</b> - Capa do livro Realidade e Destino dos Museus e JAG na Biblioteca Tobias Barreto.....	59
<b>FOTO 11</b> - Discurso de posse de JAG ao ser aceito para ocupar a cadeira nº 22 da Academia Sergipana de Letras.....	62
<b>FOTO 12</b> - Obras de JAG editadas pelo Movimento Cultural de Sergipe .....	63
<b>FOTO 13</b> - Obras de JAG editadas pelo Movimento Cultural de Sergipe .....	63
<b>FOTO 14</b> - Arnaldo Rollemberg Garcez .....	65
<b>FOTO 15</b> - Marca tipográfica da editora MCS impressa em todas as suas obras .....	66
<b>FOTO 16</b> - José Augusto Garcez na antiga Rádio Difusora PRJ- 6- Programa Cultural Luso-Brasileiro.....	69
<b>FOTO 17</b> - Escola Industrial de Sergipe, 1947.....	73
<b>FOTO 18</b> - Rua João Pessoa. Nela localizava-se a Livraria Regina.....	74
<b>FOTO 19</b> - Luiz da Câmara Cascudo e Silvio Sobral Garcez na fazenda Escurial, 1951.....	76
<b>FOTO 20</b> - Correspondência de JK destinada a JAG .....	77
<b>FOTO 21</b> - Homenagens alusivas aos setenta e um anos do escritor Manuel Bandeira.....	78

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 PANORÂMICA DO LIVRO E DA EDITORAÇÃO NO MUNDO OCIDENTAL.....</b>	<b>18</b>
2.1 Introdução.....	18
2.2 Trajetória do livro.....	20
2.3 A revolução do papel.....	24
2.4 O livro e a editoração no mundo da imprensa.....	25
2.5 O livro e os impressos no brasil do século XIX.....	29
2.6 Os primeiros editores brasileiros.....	31
2.7 Edições populares no Brasil dos oitocentos.....	33
2.8 A consolidação do mercado livreiro no Brasil.....	34
2.9 A história do livro e da indústria editorial em Sergipe: juntando os “cacos”! .....	37
<b>3 JOSÉ AUGUSTO GARCEZ: UM INTELECTUAL SERGIPANO (1918-1992).....</b>	<b>43</b>
3.1 O gênero biográfico: suas características e dificuldades.....	43
3.2 Fragmentos biográficos de JAG.....	45
<b>4 O MOVIMENTO CULTURAL DE SERGIPE (MCS).....</b>	<b>64</b>
4.1 Introdução.....	64
4.2 O movimento cultural de Sergipe: criação, repercussão e publicações.....	66
4.3 Programa radiofônico Panorama Cultural Luso-brasileiro.....	69
4.4 O mecenas.....	71
4.5 A Editora do Movimento Cultural de Sergipe.....	72
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	

# 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu inicialmente de maneira despretensiosa. A temática sobre o editor José Augusto Garcez e a sua editora, o Movimento Cultural de Sergipe, se apresentaram a partir de leituras dos jornais sergipanos, o Diário de Sergipe e Sergipe Jornal, ambos da década de 1950. Enunciados dos referidos documentos destacavam o Movimento Cultural de Sergipe e seu editor como difusores de autores pobres sergipanos.

Foi a partir daí que veio a curiosidade, como acadêmico do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe, em conhecer mais profundamente a amplitude do Movimento Cultural de Sergipe, identificando seus fundadores, os objetivos da instituição, os possíveis apoios recebidos pelo movimento, os lugares de feitura do livro em Sergipe (tipografias), como se fazia a divulgação dos livros editados, quais os autores e obras publicadas pelo Movimento Cultural de Sergipe (M.C.S.) e de que maneira José Augusto Garcez, enquanto integrante da elite sergipana, utilizou seu *status* econômico, social e cultural no intuito de tornar-se um mecenas das letras em Sergipe na década de 1950 do século passado.

Nesse sentido, este trabalho está inserido no eixo temático Memória, Informação e Sociedade, pois, trata-se de uma temática que possui relação estreita entre a sociedade sergipana em um determinado momento histórico e a informação difundida por meio do Movimento Cultural de Sergipe, fundamental para a construção da história do livro, cultura letrada e da editoração na sociedade sergipana à época.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar de maneira contextualizada, as ações do Movimento Cultural de Sergipe a partir do seu idealizador José Augusto Garcez. De forma específica, volta-se a apresentar uma panorâmica acerca da história do livro e do ofício editorial; destacar a figura de José Augusto Garcez no contexto social da época (1950-1960) e caracterizar o Movimento Cultural de Sergipe, destacando suas ações, as obras e os autores por ele publicados que contribuíram para a construção da imagem simbólica de José Augusto Garcez em Sergipe.

Este trabalho mostra-se oportuno, considerando que a história da editoração e do livro em Sergipe estão por se construir. Logo, conhecer a atuação da editora M.C.S. (Movimento Cultural de Sergipe) através do seu idealizador, José Augusto Garcez, é de fundamental importância para “construção” de uma pequena parte da história da editoração sergipana e conseqüentemente, da história do livro no estado.

Como aporte teórico para perceber a dinâmica do espaço intelectual sergipano o conceito bourdiesiano de *campo* foi de grande valia. Nesta teoria, o *campo* se apresenta como um espaço de luta, estruturado pela hierarquização de agentes e instituições, ou seja, um espaço de relações entre diferentes grupos ocupando posições diversas na estrutura de acumulados tanto na concorrência pelo monopólio dos bens de gestão, quanto pelo direito de exercer o poder. Dessa maneira, *capitais* são mecanismos de diferenciação que permitem identificar os agentes no espaço social, podendo ser patrimônio econômico, títulos e diplomas acadêmicos, relações sociais que possam ser reconvertidas em recursos de dominação, dentre outros atributos. Assim, tais capitais, ou seja, os recursos acumulados por agentes e instituições, nesse espaço de concorrência que é o campo, são uma espécie de “riqueza que precisa ser constantemente cumulada para que, aqueles que a detenham possam assumir a posição de dominante no interior do campo em questão, legitimando-se e consolidando sua *doxa* (BOURDIEU, 1998). Tal escolha se justifica, pois, entende-se que os conceitos bourdiesianos permitem a leitura do espaço intelectual e cultural sergipano como local de disputa entre especialistas intelectuais pelo privilégio de instituir novas *doxas*, explorar determinados serviços, ocupar cargos de visibilidade e inserção em outras esferas de poder.

Ainda conforme este aporte teórico, a ação do indivíduo, que se manifesta no interior de um campo, está delineada a partir de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem a ele, uma intervenção como agente eficiente nos diversos campos. Em outras palavras, os agentes realizam suas práticas no interior de um campo, onde adquirem interesses, constroem estratégias e fazem escolhas delineadas pelo *habitus* internalizado durante sua trajetória de vida (BOURDIEU, 2010).

Dessa maneira, o *habitus* seria fruto da história. Ele pressupõe que a “história” do agente é determinada no campo, e sustentada em sua história passada. Acumulada, como um “script”, que orienta o perfil e a ação posterior da trajetória do indivíduo, ou seja, seu *habitus* é uma “gramática” que define o repertório de decisões para a ação. De maneira mais atual, poder-se-ia dizer que o agente é “formatado” para atuar num “sistema compatível” (campo), e o conteúdo dessa formatação seria o *habitus* [...] (MICELIN, 2009:2). Logo, ele é instrumento que dá forma às práticas que estruturam o “esqueleto social do agente, ajustando-o aos princípios de uma visão política do mundo social” (ANDRADE, 2008).

Entende-se que os conceitos bourdiesianos permitem a leitura do espaço intelectual e cultural sergipano como local de disputa entre especialistas (intelectuais) pelo privilégio de instituir novas *doxas*, explorar determinados serviços, consolidar imagens simbólicas, ocupar cargos de visibilidade, e inserir-se em outras esferas de poder. Assim,

analisar as ações de José Augusto Garcez, pressupõe, antes de tudo, a apreensão das relações que o campo intelectual sergipano apresentou na transição do marasmo cultural à “década das luzes” na cultura livresca local. Isto possibilita apreender as relações constituídas a partir das posições ocupadas por este agente no interior da estrutura e as disposições instituídas pelo campo intelectual bem como, auxilia na compreensão de suas estratégias em defesa e legitimação de um novo modelo cultural pautado na editoração e divulgação do Movimento Cultural de Sergipe.

A pesquisa está norteada por três questões: 1) como se apresentava o *campo intelectual sergipano* nas décadas de 1950/1960, quando da concretização do Movimento Cultural de Sergipe? 2) Em que medida a imagem de “mecenas das letras sergipanas”, evocada em relação a este agente possui ligação com a construção social de sua carreira e sua filiação à elite econômica e cultural no espaço intelectual sergipano? 3) De que maneira José Augusto Garcez relacionou-se com a estrutura social vigente em sua carreira intelectual?

Parte-se, aqui, dos seguintes pressupostos: 1) as ações empreendidas por José Augusto Garcez em Sergipe estão diretamente relacionadas ao seu vínculo com a elite letrada de Sergipe e ao marasmo cultural da capital sergipana à época. 2) a imagem a ele atribuída foi fruto da construção de uma carreira intelectual em defesa da divulgação de nomes da intelectualidade sergipana (inclusive ele mesmo) e de autores pobres e desconhecidos, o que lhe proporcionou capital simbólico no interior do campo intelectual local. 3) José Augusto Garcez como membro da elite sergipana, utilizou-se de seus recursos econômicos e intelectuais para trafegar nas mais diversas áreas, atuando como autor, jornalista, editor, museólogo e difusor da cultura sergipana e consolidou-se em sua época como uma das grandes expressões da cultura letrada no século XX em Sergipe.

Trata-se aqui de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Qualitativa, por se referir a uma área “com pouco conhecimento teórico ou conceitual [...]”. Nestes casos, os métodos qualitativos ajudam não apenas a compreender o objeto de estudo, mas também a construí-lo a partir de novos aspectos e sob novas perspectivas” (MUELLER, 2007, p. 27). Exploratória, pela análise histórica, além do levantamento de fontes primárias e secundárias, como informações bibliográficas e documentais acerca do objeto de pesquisa, o Movimento Cultural de Sergipe e seu idealizador (MUELLER, 2007, p. 25). As fontes para realização desse trabalho foram encontradas na Biblioteca Central da UFS, Biblioteca Epifânio Dória, Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Biblioteca Luiz Antônio Barreto (UNIT - Farolândia) e Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras.

Por sua vez, o agente em questão, será estudado como um intelectual pertencente à elite econômica e intelectual sergipana, que como tal, defendeu seus interesses e do seu grupo, ocupou um determinado *locus* na estrutura da hierarquia cultural local, e a partir dela, buscou legitimar-se no interior deste espaço simbólico, utilizando-se dos capitais possuídos e das experiências adquiridas. Para tanto, diante do conjunto de disposições que se lhes foram apresentadas pelo campo intelectual constituiu sua rede de solidariedade, criou estratégias e buscou legitimar seus interesses e a si mesmo, no interior de um espaço de luta, sujeito a constantes redefinições (BOURDIEU, 2010).

Assim, este trabalho está estruturado em quatro seções. Na primeira delas, a *Introdução* far-se-á um mapeamento do trabalho em questão, introduzindo a temática, destacando as questões norteadoras, o objeto de pesquisa objeto, os objetivos, a metodologia empregada em sua feitura e explicitando o referencial teórico utilizado para analisar a ação de José Augusto Garcez a frete do Movimento Cultural de Sergipe. Na segunda seção, *Panorâmica do Livro e da Editoração no Mundo Ocidental* serão enfocados aspectos da história do livro, sobretudo no mundo ocidental, com destaque para o Brasil e Sergipe, como forma de contextualizar o universo da temática em questão. A terceira, *José Augusto Garcez: um intelectual sergipano (1918-1992)* tratará da figura e do trajeto seguido por José Augusto Garcez no interior dos campos econômico e intelectual sergipano, destacando sua origem social, aspectos educacionais e familiares, bem como sua emergência no campo cultural sergipano e nacional, tipos de capitais possuídos, objetivando, com isso, entrever os condicionantes para sua ascensão à elite intelectual sergipana buscando-se perceber, neste trajeto, de que forma se deu a incorporação por este agente, de um determinado *habitus* que dentre outros fatores, contribuiu para sua ascensão à elite cultural sergipana, imortalizando-se na Academia Sergipana de Letras. Para tal, propõe-se descortinar, ainda que sutilmente, as redes sociais em que José Augusto Garcez esteve inserido, atentando-se às estratégias na construção de sua carreira intelectual. Para contemplar o objetivo proposto, foram utilizados como fontes: jornais locais e de circulação nacional, documentos encontrados em bibliotecas e arquivos nos estados de Sergipe, e no acervo pessoal da Sra. Sílvia Garcez. Foi ainda realizada entrevista semi-estruturada com a filha do referido intelectual objetivando perceber a inserção do clã dos Garcez, nos meandros sociais do estado. Tais aspectos foram aqui privilegiados, no entendimento de que são reveladores da construção de sua legitimidade na implantação de ações em prol da cultura sergipana. Finalmente, na última seção, intitulada *O Movimento Cultural de Sergipe (M.C.S.)* foram analisadas as ações culturais de José Augusto Garcez em Sergipe, especificamente, O movimento cultural de Sergipe: criação, repercussão e



publicações; o Programa radiofônico Panorama Cultural Luso-brasileiro, A Editora do Movimento Cultural de Sergipe e a construção da imagem simbólica de “mecenas das letras sergipanas”. Nas *Considerações Finais*, serão apresentadas as principais conclusões acerca do tema em questão.

## **2 PANORÂMICA DO LIVRO E DA EDITORAÇÃO NO MUNDO OCIDENTAL**

### **2.1 Introdução**

O livro é uma das tecnologias mais úteis, importantes e versáteis da humanidade. Pode ser entendido como um instrumento pedagógico, fonte de inspiração religiosa, obra de arte, fonte de poder devido ao valor simbólico que ele representa na sociedade do conhecimento ou mesmo como um suporte informacional de importância cultural única, dentre outras possíveis conotações. Embora na atualidade, com a inserção das novas tecnologias, se conte com o livro eletrônico, e o áudio-livro, esse texto versará acerca do livro tradicional, uma vez que seu uso é ainda majoritariamente recorrente e tema geral dessa pesquisa.

Quando se fala em livro, a ideia recorrente é de um item informacional composto de elementos materiais e textuais. O que se esquece por mais das vezes, é que ele possui uma história, com suas continuidades e descontinuidades, e que nesta história, existem aspectos fundamentais a serem considerados. Dessa forma, para além de um objeto material da cultura, deve-se pensar o livro não somente a partir de seus significados, representações e apropriações deles resultantes, mas também a partir dos suportes utilizados em sua feitura, da história da escrita e leitura, seus editores, os editados, a imprensa tipográfica, o mercado livresco, a censura e a difusão do conhecimento.

Neste sentido, construir uma história do livro e da editoração vai muito além da ideia instantânea que se atribui ao item. Desta forma, considerar o processo histórico pelo qual o livro e a editoração passaram, mesmo que de forma panorâmica, é de fundamental importância para se compreender não somente o livro isoladamente, mas todo um processo que gira em torno dele, além dos sujeitos que contribuíram para construção de partes dessa longa história.

Existem correntes que debatem acerca do momento de surgimento do livro enquanto suporte informacional. Para autores clássicos como Úrsula Katzenstein (1985) e Roger Chartier (1998), os nossos primeiros “livros” foram às rochas e paredes das cavernas. Para outros, como Lucien Febvre e Henry Martin (2000), Pierre Lévy (1993) e Lyons Martin (2011) existiram diversos suportes da escrita e o livro foi o principal deles.

Para o pesquisador brasileiro André Belo (2008, p. 26) que comunga com as ideias do primeiro grupo, “a palavra livro é uma metáfora que usamos para designar um suporte do texto”. Sendo assim, a noção material de livro se amplia no tempo, passando este a ser considerado como o conjunto suporte/informação, desde os primeiros registros escritos, o que o evidencia também como documento. Este autor (p.80) enfatiza que antes da tipografia, na Idade Média, já se pode falar de edição e consequentemente, de livro. Esta edição a qual o supracitado autor se refere é a “autorização concebida por um autor para que um texto seu seja divulgado ao público mantendo ele um controle sobre o conteúdo a divulgar” (p.82).

Por esta ótica, a relação intrínseca que sempre se fez da tipografia com a história do livro sofre um revés. Segundo Belo (2008, p. 79), o momento histórico do livro, anterior ao “período entre os séculos XV e XVIII, considerada época clássica do livro”, foi colocada no ostracismo pelos estudiosos do tema. Para Roger Chartier (1998), o próprio título da obra de Lucien Febvre e Henry Martin “O aparecimento do livro”, dedicada ao estudo do livro impresso entre os séculos XV e XVIII, transporta para si as marcas desse menosprezo com as épocas e suportes anteriores ao papel (CHARTIER, apud BELO, 2008, p. 79).

Contudo, o contexto que envolve a história do livro e a sua publicação é uma problemática que, a partir dos autores citados, também nos coloca a questão da continuidade. Assim, existe uma relação de dependência da “evolução” tipográfica em relação às técnicas e produção anteriores, onde esses “traços hereditários” acabam aparecendo. Nesse sentido, a palavra mais adequada em relação ao surgimento ao que se convencionou chamar de livro impresso seria “revoluções” e não revolução. Sobre isso, Chartier (1998, p. 9), afirma que “[...] existe uma continuidade entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso [...] mesmo com Gutenberg o escrito à mão sobreviveu até os séculos XVIII e XIX”.

Outra perspectiva importante em relação à história de longa duração do livro e da editoração, diz respeito ao acesso à informação. Desde os tempos mais remotos, tal história foi marcada pela exclusão e privilégios. Isto, pois, informação gera poder e é fator de distinção social, sendo atributo das elites nas diversas sociedades, guardando-se as proporções e análises devidas.

Dessa forma, a partir do contexto exposto, esta seção objetiva apresentar de forma panorâmica, a história do livro e de sua publicação, sobretudo, no mundo ocidental, considerando nessa trajetória, distintos locais e épocas e de maneira mais específica, sua difusão no Brasil e em Sergipe. Para tal, se fez uso de pesquisa bibliográfica em livros e

textos acadêmicos, que fundamentam a temática, bem como de documentação constante nas unidades de informação<sup>1</sup> da capital sergipana e do interior do estado.

Assim, não obstante as discussões acerca da gênese do livro adotar-se-á para defini-lo de forma técnica a conceituação da UNESCO (1995), que o define como:

Publicação não periódica que reúne folhas impressas, organizadas em cadernos grampeados, costurados ou colados, formando bloco, ligados a uma capa flexível ou rígida, podendo também apresentar-se em folhas ou cadernos soltos dentro de envelope, caixa ou estojo. Distingue-se do folheto por apresentar com mais de 48 páginas.

## 2.2 Trajetória do livro

Anteriormente à escrita, através da pictografia<sup>2</sup> os indivíduos faziam as suas representações nas paredes rochosas do Crescente Fértil, região em que hoje se encontra o Iraque. Estes registros são comumente chamados de arte rupestre devido ao suporte empregado. Somente por volta do IV milênio a.C. surge, na Suméria, um sistema de registro codificado, a escrita cuneiforme. O seu suporte eram as placas de argila onde se registravam os contratos, as narrativas dirigidas aos deuses mesopotâmicos, a sua literatura, dentre outras questões. Todas essas informações produzidas “pertenciam a erudita biblioteca de Assurbanipal de Nínive (668 - 630 a.C.)” (LYONS, 2010, p.17). Neste contexto, existia a classe que possuía poder e legitimidade para ter acesso à informação, os sacerdotes. Estes monopolizavam a interpretação dos livros sagrados e detinham para si todo o conhecimento acumulado.

Outra passagem, não menos importante a respeito do contexto que envolve a história do livro e da publicação, é a escrita egípcia. Esta teria surgido há cerca de 6.000 anos no Egito. A esta escrita deu-se o nome de escrita hieroglífica, ou seja, escrita dos deuses. Os registros egípcios serviam tanto para representar uma necessidade da vida prática, registrando aspectos da economia, da medicina, quanto para fins religiosos. Segundo registros teria ficado a cargo de *Ptolomeu I Soter* a fundação, por volta de 290 a. C., de uma biblioteca em

---

<sup>1</sup> Arquivo Público do Estado de Sergipe, Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (Bicen) acervo geral e documentação sergipana; Biblioteca de Laranjeiras (Bilaje-UFS), Biblioteca Luís Antônio Barreto (Unit-Farolândia), Biblioteca Pública Epifânio Dória (documentação sergipana) e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

<sup>2</sup> Sistema primitivo de escrita em que se exprimiam as ideias por meio de cenas figuradas ou simbólicas (HOUAISS, 2009, P. 1.488).

Alexandria, que durante mais de dois séculos, até sofrer o incêndio de 47 a. C., exerceu profunda influência nos caminhos da editoração. Os editores da famosa biblioteca assumiam “o encargo de recuperar e normalizar, em edições críticas, o maior número possível de textos” (ARAÚJO, 2008, p. 39). Conforme Chartier (1998, p. 118), na biblioteca de Alexandria “o texto se apresentava ainda em forma de rolos. Com mais de quinhentos mil rolos”. Segundo o autor citado, o número de obras não se apresentou significativo, “já que uma obra podia ocupar, sozinha, dez, vinte, até trinta rolos”.

Assim como na Mesopotâmia, no Egito também, os sacerdotes representavam a elite letrada; estes faziam os registros de orações, cerimônias e detalhes sobre a vida dos faraós. “Os egípcios consideravam a escrita uma coisa mágica. Acreditavam que bastava colocar textos sagrados ao lado do corpo dos mortos para garantir-lhes outra vida após a morte” (VISCONTI e JUNQUEIRA, 1996, p. 21). Todos estes textos eram anexados ao Livro dos Mortos, considerado por muitos, o primeiro livro da história da humanidade. Todavia, a partir da definição de livro apresentada por Belo (2008) no início do texto, esta ideia seja ainda contestada. Posteriormente, o papiro foi exportado para o mundo mediterrâneo, sendo utilizado na Grécia e em Roma, como o grande suporte da escrita até o início de toda era cristã na África, Europa e Ásia.

O pergaminho, mais resistente que o papiro, surgiu a partir do século I e passou a competir com este. No início era denominado *charta pergamena* (Papel de Pérgamo), possível referência ao seu local de criação na região da Turquia. Possuía várias vantagens em relação ao papiro, que tendia a se decompor rapidamente. O pergaminho por outro lado, era confeccionado a partir do couro de animais jovens, principalmente de cabrito e cordeiro. Às vezes de gamo<sup>3</sup> e antílope<sup>4</sup>. Dentre suas principais características: podia ser dobrado e costurado a outras folhas; ser raspado e reutilizado (palimpsesto)<sup>5</sup>; era econômico por dispensar a importação. Contudo, exigia um preparo cuidadoso. O couro tinha secado, raspado, alisado com pedra-pome e depois polido. (LYONS, 2011).

Nesta longa história do livro e da publicação/editoração não se pode deixar de mencionar a Grécia Antiga. Os gregos utilizaram o papiro como o seu principal suporte

---

<sup>3</sup> [...] mamífero artiodáctilo da família dos cervídeos [...] encontrado na Ásia, Sul da Europa e Norte da África [...] (HOUAISS, 2009, p. 951).

<sup>4</sup> [...] Comum a diversos mamíferos da família dos bóvidos, encontrados na África e na Ásia [...] (HOUAISS, 2009, p. 147).

<sup>5</sup> Papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro (HOUAISS, 2009, p. 1.417).

informativa. A partir da sua escrita alfabética, copiada dos fenícios, os gregos viam os livros como objetos raros. Mas esta escrita não foi desenvolvida por toda Grécia, Atenas teve esse privilégio. Devido à dificuldade na leitura dos textos longos e unidos, a leitura na Grécia era vista como uma *performance*<sup>6</sup> oral em voz alta, realizada pelos filósofos que tinham acesso aos escritos. Camponeses, mulheres e escravos eram analfabetos.

A leitura como performance também foi empregada em Roma Antiga. Em Roma “os livros eram parte inerente ao mundo aristocrático. Entretanto, a princípio, não eram objetos familiares para as massas romanas, eram mais objetos de decoração do que um item informativo. Sobre este aspecto se percebe, “no século I a. C., o filósofo Sêneca (3 a. C.-65d.C.) deplorava a maneira como os ricos sem cultura decoravam suas casas com livros, mas nunca os lia” (LYONS, 2011, p. 29). Contudo, conforme Chartier (1998), nos primeiros séculos da era cristã, o público leitor romano se ampliou. Conforme o autor supracitado, o século III foi o ápice das bibliotecas de Roma as quais deixaram de existir após o declínio do império romano com as invasões bárbaras. Tal fato, levou Roma a um retrocesso cultural, exceção feita à instituição Igreja Católica Apostólica Romana, que manteve todo o seu patrimônio material e cultural. A partir desse momento o papiro ficou escasso e caro, sendo substituído pelo pergaminho.

No período romano tardio e na Idade Média, os documentos oficiais e manuscritos de luxo eram escritos em tinta de ouro e prata sobre pergaminho tingindo ou pintado com caros pigmentos purpúreos. Na Idade Média o livro será visto como uma obra de arte. As iluminuras<sup>7</sup> ornamentavam estes itens e somente o clero tinha o acesso privilegiado a tais obras. Neste contexto, muitos livros eram vistos pelos detentores do poder como algo nocivo, perigoso. Logo, a imensa maioria da população não deveria apossa-se destes, pois, isto traria ameaças ao *status quo* daqueles que conduziam os destinos da sociedade a época (LYONS, 2011).

Nesse contexto, não se pode deixar de situar a figura de São Jerônimo. Esse doutor da Igreja é conhecido como o tradutor e editor da Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim, cristalizando-se no imaginário popular como padroeiro dos bibliotecários e dos tradutores. Segundo D. Evaristo Arns (2007, p. 26) em seu estudo doutoral, “Jerônimo surge

---

<sup>6</sup> Forma de arte que combina elementos do teatro, da música e das artes visuais (HOUAISS, 2009, p. 404).

<sup>7</sup> Livros escritos a mão e decorados com pinturas e ornamentos de diferentes tipos. A palavra “iluminura” vem do verbo latino *illuminare* em conexão com o estilo oratório ou narrativo, onde tem o significado de “adornar” (CIPOLLA, 2007, p. 267).

na história exatamente no momento em que se passa a luta decisiva entre o papiro e o pergaminho”. A vitória deste último deveu-se, sobretudo, à grande influência de São Jerônimo em meio aos monges de Belém.

Logo, a história de São Jerônimo e de suas criações, a exemplo do ditado do códice<sup>8</sup>, se confundem com a história da evolução da técnica e de materiais para feitura dos livros. Como anteriormente dito, tais transformações significativas foram surgindo ao longo da história do livro, da editoração, bem como nas formas de ler e se informar. A invenção do códice foi uma destas “revoluções”. Originário do mundo cristão, e desenvolvido entre os séculos II e III, esta nova estrutura técnica influenciou a maneira de informar-se. Com o códice a imagem do livro passou a ser outra, “quando o livro deixou de ser um rolo, ou *volumen*, e tornou-se uma coleção de folhas individuais frouxamente unidas entre si” (KATZENSTEIN 1986, p. 8). A partir do códice refina-se a “arte livresca”, ganham força os copistas e dentre eles destacam-se grandes artistas que deixaram suas marcas na confecção de obras hoje raras, a exemplo de Cassiodoro, Clemente de Alexandria, Gregório Nazianzeno e tantos outros.

Conforme Arns (2007, p. 28), Jerônimo constata com amargura as referidas mudanças na “arte” da feitura do livro, muitas vezes à custa de inexatidões e fantasias, ao tempo em que defendia para seus escritos o status de autênticos e verdadeiros:

[...] tinge-se o pergaminho de cor de púrpura, traçam-se letras com ouro líquido, reveste-se de gemas os livros, mas totalmente nu, diante das suas portas, Cristo está morrendo [...] Que guardem, aqueles que quiserem, os velhos livros, ou os copiados em pergaminhos de púrpura, de ouro ou de prata, contanto que deixem a mim e aos meus [...] códices menos belos que exatos.

Jerônimo contribuiu ainda, para o desenvolvimento de conceitos como, por exemplo, o de publicação. Conforme Arns (2007, p. 83), Jerônimo acreditava que o “desejo de publicar se manifesta pela transmissão do exemplar a amigos”. Em outras palavras, fazer circular uma tradução, um texto, mesmo em meio restrito, já era uma publicação. Quanto à autenticidade das publicações era comum ocorrer alguns problemas. Segundo Arns (2007, p. 85), “como o editor do livro era apenas o primeiro elo de uma corrente que se alongava a cada

---

<sup>8</sup> 1 Pequena placa encerada (freq.. de marfim ou madeira), us.pelos antigos romanos para escrever; tábula, pugilar. 2 [...] conjunto dessas placas, articulado por dobradiças, constituindo uma espécie de livro. 3 [...] grupo de folhas de pergaminho manuscritas, unidas, numa espécie de livro, por cadarços e/ou cosedura e encadernação [...] reunião, coleção, compilação de manuscritos, documentos históricos ou leis (HOUAISS, 2009, p. 487).

cópia, esta produção individual e sem controle prestava-se, forçosamente, a fraudes”. Conforme o referido autor o principal motivo era que “o escritor nem sempre era o editor da própria obra”.

Ao analisar a edição durante o medievo, Araújo (2008, p. 38), define a figura do editor como, “[...] preparador de originais que se caracteriza historicamente no Ocidente, desde o século III a. C., como responsável pela edição de um texto a ser divulgado (transcrito) pelos copistas”. Todavia, o livro, conforme Araújo (2008), figurava ainda, como “*aides-mémoires*” (tudo que serve para ajudar a memória) dos autores, pois à época, a divulgação do livro e sua transmissão era ainda realizada a partir da oralidade.

### 2.3 A Revolução do papel

A evolução dos suportes se acentuou com o papel. De origem chinesa, passou a ser usado amplamente no fim do século II d. C. Este suporte foi aperfeiçoado pelos árabes, os quais aprenderam a técnica do fabrico com os chineses no século VIII e expandiram a sua produção e popularização para a Europa no século XII (KATEZENTEIN, 1985, p. 22).

Segundo a literatura, os chineses foram os pioneiros na fabricação do papel próprio para a escrita e pintura. Em 105 d.C. por ordem do imperador chinês Chien-ch'u, o burocrata T'sai Lun produziu uma substância feita de fibras da casca da amoreira, restos de roupas e cânhamo, umedecendo e batendo a mistura até formar uma pasta. A partir da maceração de restos de tecidos de algodão obtinha-se uma massa de fibras, misturada à água e em seguida despejada sobre uma malha feita de bambu. Ao drenar a água ficava sobre a superfície desta malha uma fina camada de fibras entrelaçadas que eram secadas ao sol, transformando-se no papel. Este processo básico de fabricação de papel que consiste em peneirar fibras maceradas sobre uma malha, foi mantido em segredo por 600 anos e permanece intacto até os dias de hoje, apesar de inúmeras modificações empreendidas nos mecanismos que impulsionam a realização desse ato. (MARTYN; FEBVRE, 2000).

Já no século VII também os japoneses começaram a fabricar papel a partir das fibras oriundas da amoreira. Contudo, devido às inter-relações entre os povos, o papel e os segredos de sua manufatura foram trazidos ao ocidente através de rotas que percorrem Samarcanda, Bagdá, Egito e Marrocos. Tem-se conhecimento de que durante o século IX, no continente americano, altas culturas, como a dos Astecas e dos Maias, já fabricavam uma variedade de papel. Nos séculos XII e XIII a Espanha e Itália estabeleceram suas primeiras manufaturas e começam a produzi-lo. No decorrer da longa travessia dos segredos da feitura



do papel para o Ocidente, foram se multiplicando as adoções de novos tratamentos ao seu processo básico de manufatura.

Segundo Lyons (2011), o papel só veio a ser produzido em larga escala quando ganhou espaço europeu e isso constituiu um processo demorado devido à falta de credibilidade no produto aparentemente frágil e com durabilidade inferior ao pergaminho. Mas, para Febvre & Martin (2000) a propagação do papel e a cultura da imprensa contribuíram para a democratização da cultura na Europa na medida em que ofereceu a todos que necessitavam e podiam pagar pela informação um material mais barato e substituível, produzido por uma nova técnica. Pois para ele, sem o papel o humanismo não tinha exercido tamanha influencia. Segundo Martins (2002) a primeira máquina de papel foi criada no século XVIII, mas só foi aperfeiçoada no século XIX pelos irmãos Foudrinier com o intuito de fabricar papel em larga escala. Segundo o autor, daí em diante as máquinas vem sempre se aperfeiçoando e utilizando da tecnologia de ponta para fabricar diferentes tipos de papel.

## **2.4 O livro e a editoração no mundo da imprensa**

O termo imprensa se constituiu no processo gráfico aperfeiçoado por Johannes Gutenberg no século XV. Foi somente com a tipografia de Gutenberg (1455) que se deu uma maior disseminação do livro na Europa. O primeiro livro impresso por Gutenberg foi a Bíblia, conhecida como a Bíblia de Gutenberg ou a “Bíblia de 42 linhas”. A data mais provável para a publicação é entre 1.452 e 1.455, pois a obra original não possui datação. Uma cópia completa dessa Bíblia possui 1.282 páginas encadernadas em pelo menos dois volumes. Acredita-se que tenham sido impressas 180 cópias, 45 em papiro e 135 em papel, e depois de impressas elas foram rubricadas e ilustradas à mão por especialistas, uma a uma, o que faz com que cada cópia seja única, e possua valor inestimável. Em geral, se atribui à invenção da imprensa o marco de mais importante revolução nos suportes para a leitura, sendo que alguns chamam de livro apenas os códices impressos a partir dessa tecnologia, ao contrário de outros estudiosos, que afirmam ser o papiro e o pergaminho antecessores diretos do papel, sendo as obras produzidas nesses suportes, tipos de livro (KATZENSTEIN, 1986; LYONS, 2011). Mais uma vez, independentemente de tal discussão, é certo que mais do que uma revolução na forma de ler, a imprensa representou a princípio no Velho Mundo, e, posteriormente para diversas regiões do planeta, uma popularização jamais vista do suporte livro (MARTYN; FEBVRE, 2000).

Quando Gutenberg inventou os tipos móveis na Alemanha, procurou imitar os manuscritos góticos — tipos chamados de Blackletter — e é sabido que alguns dos primeiros livros impressos foram vendidos como se fossem manuscritos. Mas a dificuldade de execução dos tipos, (que eram gravados em um punção de aço, posteriormente batido em um bloco de cobre, que por sua vez servia de matriz para a fundição dos tipos de chumbo) além da difusão da impressão pelo resto da Europa, fez com que os tipos (no séc. XVI) mudassem para outros de linhas mais grossas — chamados hoje de venezianos. O aprimoramento nas técnicas propiciou o surgimento de novos tipos, o que se constituiu um refinamento na técnica. Desse modo, como produtores de livros, a marca dos venezianos foi a substituição das letras Góticas pelo Itálico e Garamond, além de introduzirem no Ocidente a impressão da xilografia<sup>9</sup> e o uso de papel polpa.

Sobressaltando a “evolução” histórica do livro e da edição, Araújo (2008, p. 48), descreve o processo que desencadeou na efetivação da imprensa e consequentemente na afirmação da figura do impressor. Para o referido autor, a xilogravura teria começado a ser empregada na Europa em meados do século XV. Esta “técnica seria utilizada para ilustrar cartas de baralho e manuscritos, bem como imprimir, geralmente textos de pequenas obras devocionais de aceitação popular, caracterizando-se, destarte, como xilotipia. O mesmo autor afirma que esta pequena técnica, mas não menos importante, só foi suplantada a partir da invenção de Johann Gutenberg. A partir daí teria surgido a verdadeira profissão de impressor.

Araújo (2008, p.46), explicita ainda, que estes primeiros impressores ou tipógrafos foram além disso: verdadeiros editores, os quais eram “responsáveis pela normalização do texto e pelo conjunto da obra que imprimiam, (...) com isso criaram o livro moderno”. Ainda nesse texto, este autor apresenta dados interessantes sobre o mundo da normalização do livro. Em conformidade com ele, em 1457 Johann Fust (...) e Peter Schöffer imprimiram o “*Psalmorum códex*, conhecido como Saltério de Mogúncia”. Este teria sido o primeiro livro em que apareciam características como data, colofão e letras capitulares a cores. “Em 1476, finalmente, Erhard Ratdolt estampou em Veneza a primeira folha de rosto completa, com nome do autor, título da obra, nome do impressor, cidade e data de publicação” (ARAÚJO, 2008, p. 47).

Quanto às primeiras casas publicadoras, Araújo (2008, p. 49), enfatiza que as mesmas teriam surgido no século XVI e não teriam muita ligação com os impressores,

---

<sup>9</sup> 1 Processo e técnica de gravura em relevo sobre madeira que permite a impressão tipográfica de figura (s) ou texto (s), cujos caracteres (não móveis) são entalhados na prancha de suporte 2 [...] impressão obtida por esse processo (HOUAISS, 2009, p. 1.967).

fazedores de livros. O mesmo autor diz que somente na metade do século XVIII, nos centros urbanos, as posições se consolidaram, havendo uma divisão clara nas funções do publicador, do impressor ou tipógrafo e do livreiro. Isso teria se intensificado com o advento da Revolução Industrial. Se tratando dos conceitos de tipografia Mcmurtrie (1965, p. VII), na introdução à clássica edição portuguesa, cita Stanley Morison, um dos principais teorizadores modernos da arte tipográfica, e inventor do estilo de letra Times New Roman, que definiu a tipografia como:

[...] o ofício de dispor correctamente o material a imprimir para atingir um objectivo específico – o de colocar as letras, distribuir os espaços e controlar os tipos, de forma a oferecer ao leitor a máxima ajuda na compreensão do texto. [...] A tipografia é o meio eficaz para conseguir um fim essencialmente utilitário e só acidentalmente um deleite estético, já que o gozo visual das formas raramente é a aspiração principal do leitor. Assim, é incorrecta qualquer disposição de material de imprensa que, seja por que intenção for, produza o efeito de se interpor entre o autor e o leitor.

Neste sentido a tipografia não é um meio, mas um fim. Uma maneira de levar com mais clareza e compreensão a informação para o leitor. Conforme Mcmurtrie (1965, p. VII), “a tipografia, ao longo dos tempos, procurou servir e nunca constituiu, por si, uma arte. No entanto, feita para os homens e pelos homens, ela foi refletindo as vicissitudes dos tempos e das concepções estéticas”. De acordo com o autor supracitado, a tipografia quando surgiu no século XV, veio satisfazer uma exigência extraordinária da época, multiplicar os textos (MCMURTRIE, 1965, p. VIII). E esta maior produção esteve ligada diretamente ao desenvolvimento da imprensa, a princípio na Alemanha e posteriormente na Itália. Segundo Chartier (1998, p. 7), com a “nova técnica [...] o custo do livro diminuiu” assim como “o tempo de reprodução do texto [...]”.

Mcmurtrie (1965) dividiu a historiografia da tipografia em três períodos: a primeira fase ele chama-a de “fase da escolha”. Esta compreende o século XVIII até a segunda metade do XIX. Conforme o autor este momento “é o período de carregar de elementos, que leva às verdadeiras descobertas no capítulo dos nomes e das vidas dos artífices, bem como das obras que foram publicando” (MCMURTRIE, 1965, p. IX-X). De acordo com o autor seria o período de um Ludwig Hain, com o catálogo *Repertorium bibliographicum*, “publicado de 1826 a 1838”. A segunda fase é denominada de “fase de análise”. Esta “consiste no estudo dos elementos recolhidos. Assim temos a análise das técnicas empregadas, tais como: proveniência dos tipos, famílias dos tipos, aspectos estéticos, escolas de gravadores” (MCMURTRIE, 1965, p. X).

A terceira e última fase é a “fase de interpretação”. Segundo Mcmurtrie (1965, p. X), “hoje, porém, a história do livro deixou de ser apenas um problema de técnica ou de estética para passar a ser mais um elemento da evolução da própria humanidade”. Nesse sentido, o livro é um reflexo da época em que o mesmo foi produzido. Um exemplo disso o referido autor mostra na citação seguinte:

Na época do Liberalismo, por outro lado, o livro ganha maior audiência, tem mais público. E por isso mesmo a sua expressão gráfica é desleixada, pois o que interessa fundamentalmente são duas coisas: 1) que ele seja acessível, graças a um custo baixo, ao maior número de leitores, pelo que o seu preço terá forçosamente de ser inferior; 2) que ele seja concluído no mais curto intervalo de tempo. Com tão gritantes exigências, o cuidado gráfico e o apuro técnico não mais voltarão a imperar, salvo num ou noutro caso, como, por exemplo, quando o bibliófilo<sup>10</sup> surge e reclama edição elaborada com elegância e prior. Mas o bibliófilo torna-se raro, e cada vez mais, pois a hora é das grandes massas que são explosivas e pedem outro tipo de produção libraria de que o livro de bolso é uma perfeita imagem (MCMURTRIE, 1965, p. X-XI).

A partir da visão do autor percebe-se que o mesmo compreende o livro como um fenômeno da polis. Sem a urbanização as obras não teriam sentido. Foi a partir deste processo de urbanização que os manuscritos passaram a impressos. Segundo Belo (2008, p. 23), “o debate sobre a importância da invenção da tipografia nasceu com a publicação da obra ‘A revolução da cultura impressa’, pela historiadora norte-americana Elisabeth Eisenstein”. Conforme o autor sobre a referida historiadora, a imprensa foi um instrumento de transformação cultural sem precedentes na história da sociedade ocidental, tendo dado origem a uma revolução nos meios de comunicação na Europa dos séculos XV a XVII. Conforme a estudiosa, eventos importantes da história da humanidade como o Humanismo, as Reformas religiosas e o pensamento científico moderno têm uma relação de dependência muito estreita com a imprensa, a qual fez multiplicar o número de textos em circulação, tornou-os mais baratos e acessíveis, dentre outros.

Belo (2008, p. 24), cita McLuhan, o qual diferenciou os modos de comunicação ao longo da história das sociedades; na Antiguidade e na Idade Média prevalecia a cultura baseada no manuscrito e na oralidade; neste ambiente a leitura em voz alta e a audição coletiva eram o modo de transmissão e recepção dos discursos; a ela seguiu-se uma cultura do livro impresso, em que a troca de ideias se fez predominantemente por meio da leitura

---

<sup>10</sup> 1 [...] que ou aquele que ama os livros 1.1 amante ou colecionador de livros raros e preciosos, ou de boas edições (HOUAISS, 2009, p. 284).

individual, feita em silêncio, em que a visão veio substituir a audição e a voz como sentido dominante na comunicação.

O autor supracitado, fundamentado em McLuhan, defende que a invenção de Gutenberg constituiu uma ruptura fundamental na história da cultura, dando origem a um novo modo de percepção, a do “homem tipográfico” (ANDRÉ BELO, 2008, p. 24). Para Belo (2008), Chartier também fala de uma “cultura do impresso”, a qual teria nascido a partir da invenção do alemão. Todavia, esta dita cultura do impresso não sobrepõe ou é oposta a cultura do manuscrito, mas herdeira desta.

Referente a evolução da arte impressória, Mcmurtrie (1965, p. XII), a divide nos seguintes períodos: Período de criação (1450-1550); Período de consolidação (1550-1800) e o Período de progresso técnico (1800-1950). Nesta última, as transformações no campo da produção bibliográfica vão possibilitar o “circuito: impressor- editor- livreiro- público”.

Em relação a figura do editor que acompanha a história do livro, ARAÚJO (2008) define-o como:

... pessoa sob cuja responsabilidade, geralmente comercial, corre o lançamento, distribuição e venda em grosso do livro, ou instituição, oficial ou não, que, com objetivos comerciais ou sem eles, arca com a responsabilidade do lançamento, distribuição e, eventualmente, venda do livro” (ARAÚJO, 2008, p. 37).

Não correndo o risco de cometer anacronismo, as definições referentes ao editor o colocam como o responsável direto pela publicação, mesmo em tempos distintos e longínquos, se percebe este caráter. De maneira mais abrangente Roger Chartier (1998, p. 50), define o editor como:

[...] uma profissão de natureza intelectual e comercial que visa buscar textos, encontrar autores, ligá-los ao editor, controlar o processo que vai da impressão da obra até a sua distribuição. O editor pode possuir uma gráfica, mas isto não é necessário e, em todo caso, não é isto que fundamentalmente o define; ele pode também possuir uma livraria, mas tampouco é isto que o define em primeiro lugar. [...] Seu processo depende da sua inventividade pessoal, às vezes do apoio do Estado [...] e outras vezes, da invenção de novos mercados (novos “nichos”, diríamos hoje) [...] Do fim do século XIX até hoje, as casas de edição foram frequentemente marcadas por personalidades desse tipo [...].

## **2. 5 O livro e os impressos no Brasil do século XIX**

Em relação à instalação de prelos no Brasil, são citadas na historiografia nacional algumas experiências de publicação durante o período colonial. Algumas discutíveis, a

exemplo da instalação do primeiro prelo em Recife (1703-1706), outras comprovadas, como a Oficina Tipográfica (1747) de Antônio Isidoro da Fonseca, famoso impressor português que migrou para o Brasil e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), comandada por Frei José Mariano da Conceição Veloso, reconhecido naturalista e impressor de periódico acerca de economia agrícola e de brochuras em Portugal. A primeira foi responsável pela publicação de folhetos e dos primeiros livros impressos no Brasil, embora tal empreendimento tenha sido rapidamente exterminado por determinação do Conselho Ultramarino. Já a segunda é considerada por alguns estudiosos como a “primeira editora brasileira relevante”, embora criada em Lisboa. Contudo, também de breve existência (CAVALCANTI, 2004; BRAGANÇA, 2010).

Embora boa parte dos estudiosos do tema, tanto na literatura, quanto na história tradicional demande à censura o atraso do Brasil na publicação e consumo de impressos, o sociólogo José Marques de Melo (2000), estudioso da cultura letrada no país, entende que a hipertardia chegada da tipografia à Colônia se deveu mais a fatores socioculturais, como o analfabetismo e o pequeno mercado consumidor, do que ao sistema político repressor da metrópole portuguesa. Contudo, apesar do panorama apresentado, já nos primeiros anos do século XIX, um pequeno comércio de livros já se desenvolvia no Brasil, sendo uma atividade autônoma em cada parte do reino. Cada centro importante tinha seus próprios vínculos comerciais diretos com a Europa, de onde provinha a maior parte de seu material de leitura, e cada um deles esforçava-se para suprir suas demais necessidades com seus próprios recursos (HALLEWELL, 2012).

Márcia Abreu (2011) confirma a afirmação de Hallewell e demonstra em sua pesquisa, que no período anterior a chegada da família real, já havia um modesto mercado livreiro no país, tendo sido registrada a entrada de 518 títulos importados do além-mar. Contudo, esse número praticamente duplica entre 1808 a 1822, quando chegam ao Reino, 914 títulos. Entretanto, no século XIX o Brasil entraria oficialmente, para o mundo das letras, embora de forma lenta. Segundo José Mindlin (2010) a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi um marco político e cultural, pois representou a inserção do Brasil no mundo quando da abertura dos portos e da criação da Impressão Régia em 1808, única autorizada a publicar documentos, papéis e livros, garantindo assim, o monopólio da impressão para o reino.

A partir da independência nacional em 1822, além da legislação produzida pela administração, foram impressas obras de Belas-Letras, Medicina, Economia, Direito, História e Teologia, além de periódicos e livros didáticos abrindo caminho para o desenvolvimento

cultural brasileiro, pois proporcionou o surgimento de um número crescente de editores a partir do século XIX e um aumento do número de livrarias, totalizando dez casas na cidade do Rio de Janeiro. Todavia apesar dos esforços realizados por diversos pesquisadores, ainda é pouco segura a identificação do conjunto de obras saídas dos prelos da Impressão Régia, embora comunguem que ela foi fundamental para o desenvolvimento das publicações brasileiras, pois nela, executou-se uma quantidade apreciável de trabalhos, tanto para Paulo Martin, como para outros livreiros da cidade do Rio de Janeiro. Assim como em relação às publicações, há também dúvidas relativas aos responsáveis pela seleção dos títulos e financiamento das publicações. Contudo, se podem citar nomes importantes nesse ramo comercial e cultural na capital fluminense, tais como Paulo Martin e seus filhos, Pierre Constant Dalbin, Zeferino Vito de Meirelles, os irmãos Garnier, François Plancher, os irmãos Laemmert, Paula de Brito, dentre outros livreiros, importadores e pequenos tipógrafos e editores (HALLEWELL, 2012; BRAGANÇA, 2010).

## **2.6 Os primeiros editores brasileiros**

Paulo Martin Filho, português que chegou ao Brasil em 1808 é reconhecido como nosso primeiro editor, ao qual se uniram seus filhos Paulo Augusto e João José. De modo geral, vale ressaltar que a Casa Martins, uma das mais importantes à época, investiu na publicação de romances, novelas, folhetos políticos, poemas, orações fúnebres e obras volumosas como *Marília de Dirceu* e *Ensaio sobre a crítica*. Algumas vezes, os Martin desempenharam atividades próximas das realizadas por proprietários de tipografias, pois não se responsabilizavam pela seleção e comercialização do texto. Foram responsáveis também pela importação de obras editadas no Brasil para Portugal (ABREU, 2010).

Outro editor dessa época foi o francês Pierre Constant Dalbin que em 1818 lançou um catálogo de obras em português, inglês, italiano e espanhol. Dessa forma, enquanto os Martin utilizavam os prelos da Impressão Régia para publicar obras, Dalbin recorria a tipografias parisienses com a mesma finalidade. Tanto ele como os Martin agiam como editores em busca de melhores condições de impressão para os livros. Pode-se citar ainda, Zeferino Vito de Meirelles, antigo funcionário da Impressão Régia, procurador de Paulo Martin e editor de obras como “Carta escrita pela Senhora de... residente em Constantinopla”, dentre outros. Nesses casos ele encarregava-se da seleção dos títulos, da obtenção das autorizações necessárias e do financiamento da impressão, tendo ao final do processo, de negociar com mercadores de livros que se encarregariam da venda dos exemplares.

Posteriormente, Zeferino colocou em circulação seu próprio jornal, o *Diário do Rio de Janeiro* em 1821. Considerando a atuação, percebe-se que os impressos saídos dos prelos da Imprensa Régia ultrapassaram largamente a publicação de pequenos folhetos e livretos, e também havia diversos agentes envolvidos com a edição, contrariando a ideia de que Paulo Martin foi o único caso de livreiro-editor no Brasil do século XIX. Em 1821 encerrou-se o monopólio da Imprensa Régia, agora Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro e se diversificou ainda mais o conjunto de editores e as possibilidades de impressão. Começaram a surgir tipografias em diversas províncias brasileiras (MORAES, 2006).

Mais um destaque, foi François Plancher que chegou da França em 1824, trazendo todo seu equipamento de impressão e encadernação, além de artesãos parisienses. Nesse mesmo ano, instalou-se a Rua do Ouvidor onde passou a comercializar livros franceses e publicar em português. Grande parte dessa produção era política e administrativa. Sua editora contribuiu, para o panfletismo governamental. Publicou também a primeira novela brasileira, *Statira e Zoroastes* que procurava divulgar ideias sociais e políticas do liberalismo. A parte mais lucrativa do negócio de Plancher foi, provavelmente, a publicação de periódicos, a exemplo do *Spectador Brasileiro* (1827), a *Revista Brasileira* “das sciencia, artes e industrias” e de uma revista de medicina “*Propagador das Sciencias Medicas*” e posteriormente o *Diário Mercantil*, denominado de “*Jornal do Commercio*”, que se transformou no periódico carioca mais importante (MORAES, 2006; HALLEWELL, 2012).

Dentre os grandes nomes dessa época, outro que não pode deixar de ser citado é Paula de Brito, que tornou-se o livreiro preferido da elite intelectual do Rio de Janeiro e sucessor de Planchet como principal editor da época, com o qual trabalhou ao final da adolescência, tendo posteriormente, ingressado como aprendiz na *Typographia Nacional* e depois como compositor do *Jornal do Commercio* de Planchet, tornando-se alguns anos depois o diretor de impressão. Em 1831 comprou uma pequena papelaria, dois anos depois já possuía a *Typographia Fluminense*. Até o ano de 1835 imprimiu somente periódicos. Após este momento passou a imprimir diversos livros. Em 1848 possuía, além de seis prelos manuais, um mecânico, descrito como o maior do Brasil e ainda durante seu funcionamento foi adquirindo novos prelos, aumentando ano a ano sua produção até 1856. Criou ainda filiais de sua loja, e, em 1851 ingressou no campo da litografia<sup>11</sup>, criando revistas tais como a famosa *A Marmota na Corte* que incluía o encarte de um figurino. Criou também uma

---

<sup>11</sup> 1 Processo de reprodução que consiste em imprimir sobre papel, por meio de prensa, um escrito ou um desenho executado com tinta graxenta sobre uma superfície calcária ou uma placa metálica, ger. de zinco ou alumínio 3 oficina onde são feitas litografias (HAUAISS, 2009, p. 1.189).



empresa, a *Typographia Dous de Dezembro*, uma companhia por ações, sob o patrocínio de D. Pedro II. Segundo Halleswell (2012) a biógrafa de Paula de Brito registra 372 publicações não periódicas, 83 das quais na área da medicina, publicações para mulheres e para a família ampliando este mercado. Depois de 1856, os negócios decaíram, numa séria crise econômica. Faleceu em 1861 e seu negócio continuou de forma mais modesta até fechar as portas em 1875.

A livraria dos irmãos Garnier surgiu em Paris em 1837. Em 1844 um dos irmãos Baptiste Louis chega ao Brasil passando a comercializar os títulos editados pela Garnier Frères de Paris e encarregando-os da impressão das edições dos autores brasileiros, com destaque para Machado de Assis. Para Dutra (2010), a editora e Livraria Garnier foi responsável, sobretudo na segunda metade do século XIX, por definir um repositório de leituras que traçou uma topografia de temas, assuntos de interesse e de práticas que passaram para além da vida intelectual e política, os hábitos citadinos e a vida cotidiana dos brasileiros dos principais centros urbanos até a década de 1920.

Até a década de 1920, a livraria Garnier monopolizou o melhor comércio de livros da capital, tornando-se a principal referência no Brasil na importação de livros de autores europeus em língua francesa e na difusão de autores em geral, bem como de almanaque e revistas publicados na França, além de manter sua condição de centro catalisador de publicação das obras dos nossos maiores homens de letras. No conjunto tem a seu crédito a publicação de 655 obras de autores brasileiros entre 1860-1890. Introduziu os preços de capa fixos. Introduziu também, a literatura espírita de Alan Kardec. Iniciou um programa de traduções de grandes romancistas populares, tais como Vitor Hugo, Dumas, Julio Verne, etc. (HALLEWELL, 2012).

## **2.7 Edições populares no Brasil dos oitocentos**

Houve além dos grandes editores de obras consagradas nacionais e internacionalmente, outros direcionados ao extrato popular, que introduziram as séries econômicas dos clássicos portugueses e também a tradução de obras célebres da literatura mundial, a preços módicos. Bastante difundido em Portugal, essa fatia do mercado editorial chega ao Brasil na segunda metade do século XIX. As edições de bolso e coleções econômicas, sob as mais diversas denominações, tornaram-se pouco a pouco corriqueiras. Mesmo a editora Garnier em 1873 investiu nesse nicho rentável de mercado, lançando vinte volumes de fácil enredo e fácil leitura, capazes de entreter um público heterogêneo e

diversificado que recebeu a denominação de “povo”. Nos catálogos das livrarias ou nos anúncios dos jornais, multiplicavam-se títulos como: Orador do povo, Trovador do povo, História natural popular, Mistério do povo, etc.

Destaca-se também nesse mercado o jovem editor Pedro da Silva Saquarema que abriu a Livraria do Povo em 1870. Comercializava livros usados e algumas raridades bibliográficas. Também editou inúmeros romances, livros de trovas e cantigas, “romances para homens”, de teor picante e proibido às mulheres (LAJOLO & ZIBERMAN, 1996).

Nesse contexto editorial, o romance de cunho sensacionalista com enredos lúgubres ou mesmo macabros, eram sucesso certo. Ao lado destes, encontravam-se também folhetos de cunho diverso, histórias para crianças, manuais de ajuda prática, dicionários e livros escolares. Também ao final do século algumas mulheres começaram escrever, sob pseudônimos diversos, destacando-se Maria Benedita Bormann, que escreveu sob diversos pseudônimos. Para Alessandra El Far (2010) essas publicações, na verdade evidenciam que ao final do século XIX o livro deixava de ser algo atrelado ao saber erudito ou ao aprendizado escolar, passando a ser visto também como entretenimento, diversão e passatempo. Para compensar a má qualidade do papel, as brochuras, destinadas a uma venda significativa traziam capas coloridas, desenhos criativos e uma repetitiva propaganda nos jornais com a intenção de despertar a curiosidade dos consumidores.

Outra vertente relativamente significativa, embora não primordial, foi a publicação de livros didáticos. Destacando a formação das escolas no império de D. João VI e com isso a necessidade de livros didáticos, Lajolo e Ziberman (1996) afirmam que o livro didático é o primo-pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável. Por outro lado, ele é o primo-rico das editoras. Não deixando de ser um formador de leitores, vinculado a todas as etapas da escolarização passando a ser o propulsor não só da ampliação e da formação do público leitor, mas da própria empresa editorial brasileira.

## **2.8 A consolidação do mercado livreiro no Brasil**

Até 1914 a maioria dos livros ainda eram impressos na Europa e os pontos de venda eram limitados aos bairros mais ricos do Rio de Janeiro e São Paulo. A Editora Garnier continuava monopolizando o comércio e a impressão de nomes consagrados da literatura nacional, tais como Machado de Assis e José de Alencar, da História Nacional e Universal, a exemplo de Sebastião da Rocha Pita e Robert Southey e até sergipanos de destaque como Laudelino Freire e João Ribeiro, dentre outros (DUTRA, 2010). Contudo, sob a égide da

Primeira Guerra Mundial, dois aspectos se evidenciam: o declínio das edições e importações livrescas advindas do Velho Mundo e um surto industrial no país que teve como consequência em longo prazo, uma melhoria da atividade editorial brasileira (HALLEWELL, 2012).

O primeiro grande editor a despontar no século XX foi Monteiro Lobato. Em 1918 Lobato começa com publicações na seção de obras do Estado de São Paulo e Revista do Brasil que posteriormente foi comprada e dirigida por ele. Entre os anos de 1919 a 1924 ele cria editoras, como *A Olegário Ribeiro, Lobato e CIA (1919)*, que possuía oficinas tipográficas próprias; *A Monteiro Lobato e Cia (1920)* - com o sócio Octalles Marcondes Ferreira; e *Cia Graphica Editora Monteiro Lobato (1924)*. Esta última figurou entre as maiores do país e obteve grande prestígio entre os intelectuais, uma vez que entre os sócios fundadores, estava a “nata da elite paulista”.

Contudo, em 1925 um conjunto de causas leva à falência da Cia Graphica Editora Monteiro Lobato. Contudo, Lobato ainda viria a criar em 1926 mais uma editora, a *Companhia Editora Nacional (CEN)* com seu antigo sócio Octalles Marcondes Ferreira. Lobato utiliza-se de estratégias político-editoriais para desenvolver a empresa. Nela as coleções eram editadas a partir da assinatura de especialistas contratados (HALLEWELL, 2012). Segundo a pesquisadora Maria Rita Toledo (2010) as coleções de livros são específicas do universo do impresso e possuem dois tipos de intervenção cultural: a intervenção editorial, pois ao reorganizar os textos, objetiva ampliar o mercado do livro; e a intervenção cultural, pois ao selecionar, adaptar conjunto de textos e autores e prescrever seus usos em um programa, força o leitor destinatário da coleção.

A CEN dividiu sua produção em livros escolares, de literatura e poesia. Ordenadas em séries ou coleções, as obras se destinavam a diversos segmentos do mercado, permitindo à editora trabalhar com diferentes públicos. Para as moças, a coleção “Biblioteca para as moças”, para os meninos, a coleção “Terramarear”. Assim, organizar as publicações em segmentos de mercado, atendendo a cada tipo de público, permitiu também uma organização interna especializada. Para cada coleção, um responsável que acompanhava o fluxo do mercado, selecionando os textos adequados e assim, proporcionando novas possibilidades de expandir os livros para cada fatia do mercado editorial brasileiro (DUTRA, 2010).

Em 1929 devido à crise financeira mundial, Lobato vende suas ações ao irmão de Octalles, Themistocles Marcondes Ferreira e passa a integrar a companhia na função de autor e tradutor. No entanto, firmou-se novamente no mercado com a literatura infantil e é atribuído a ele, o adjetivo de “revolucionário do mercado editorial brasileiro”. Isto, pois, entre seus

métodos de trabalho pode-se destacar: criação de uma rede nacional de distribuição de livros; publicação de novos autores; pagamento de direitos autorais; renovação gráfica dos impressos. Dessa forma, Lobato cria uma rede de venda livresca no varejo, através de uma teia de agentes e correspondentes, distribuindo livros para lugares distantes do país a partir de contato com homens das letras, os quais compuseram suas clientelas por todo o país (DUTRA, 2010; HALLEWELL, 2012). No entanto, a “ideia moderna” de distribuição não era tão moderna assim. Escritores brasileiros já obtinham grande ajuda dos seus pares para distribuir e obter críticas positivas de suas obras. Na verdade, tal rede já existia pelo menos desde os Oitocentos, todavia, não havia organização. É nesse momento, que Lobato ganha ares de revolucionário, pois se deu ao trabalho de organizar essa rede, reconhecendo sua importância a ponto de profissionalizá-la. Fazer parte desse seleto grupo projetava os intelectuais, gerando inclusive disputa entre os mesmos e fomentando a importância da editora (DUTRA, 2010).

Outro grande destaque do mundo editorial brasileiro no século XX foi a *Companhia Melhoramentos de São Paulo*, fundada na região de Caieiras (SP) por Antônio Proost Rodovalho. Seu fundador esteve à frente de vários empreendimentos ligados à urbanização da cidade. Posteriormente, em uma olaria, 1887, ele inicia a produção de papel. Anos mais tarde, já no Rio de Janeiro, Rodovalho instalou uma firma e começou a vender ações da fábrica. Irá se unir à família Weiszflog, natural de Hamburgo, Alemanha. Essa família alemã, assim que chegou a São Paulo, criou uma tipografia, sendo o papel fornecido por Rodovalho. Dessa parceria, realizada no início do século XX, surge a Companhia Melhoramentos. Em 1912 a família alemã estreou com a produção de livros escolares. Assim, o contato posterior dos editores com professores da Escola Normal Caetano de Campos, base do sistema educacional público estabelecido no estado de São Paulo, não demorou a surgir. Forma-se assim, o caminho da edição dos próprios livros para o mundo escolar e infantil que a família Weiszflog criara. Nos anos posteriores à fabricação de papel ganhava outros impulsos com os projetos de papel para celulose. Assim, a Cia Melhoramentos de São Paulo virou Edições Melhoramentos (HALLEWELL, 2012).

Entre os anos de 1938 a 1943, a editora já figurava como uma das maiores do país e a maior em publicação de livro infantil, 38% de sua produção. Todos estes livros durante este período estavam afinados com o método intuitivo-analítico, liderados pelo educador e psicólogo Arnaldo de Oliveira Barreto e pelo intelectual Lourenço Filho, ao assumir a cadeira de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da Praça da República, começou a reorientar esse modelo, utilizando a teoria das estratégias da Psicologia Experimental e sistematizar a

conduta dos alunos. Mudanças introduzidas na Biblioteca Infantil, assim como nas cartilhas, livros didáticos e demais coleções de literatura para crianças estavam de acordo com as diretrizes pedagógicas que a Escola Normal Caetano Campos abraçava, assim como outras escolas e grupos paulistas. Ele também criou em 1927 a Biblioteca de Educação da Cia Editora Melhoramentos de SP, reunindo 36 títulos e autores, como Émile Durkheim (1928 - Educação e Sociologia). Nesses livros as concepções educacionais e psicológicas aliadas às concepções literárias, estéticas e editoriais, pautaram o trabalho de apreciar e editar obras didáticas e infantis realizados pela Melhoramentos até o ano de 1970, ano em que morrera Lourenço Filho. O Educador Lourenço Filho tinha a perspectiva que a literatura infantil cumpria papel de complementação ao papel da escola. Todavia a literatura não era um instrumento de doutrinação e disciplinamento dos leitores. Dentro da editora ele também censurava obras que contrariavam a ideia de uma formação social harmoniosa. Essa linha de pensamento ganhou forças, sobretudo em meados dos anos 1930, em conciliação às perspectivas alimentadas pelos grupos católicos, presentes fortemente no cenário político e educacional. Desempenhando funções de destaque junto à máquina administrativa do Estado Novo, período de alta censura de livros destinados às crianças, o próprio Lourenço fazia a triagem ideológica da Editora Melhoramentos, assim como a concepção gráfica e ilustrações. Dessa forma, o segmento infantil era o carro-chefe da editora. No entanto, os nichos de aprendizado foram se diversificando. Nos anos 30, lançaram um atlas, também editaram coleções que supriam a demanda dos alunos da zona rural (SOARES, 2010).

## **2.9 A história do livro e da indústria editorial em Sergipe: juntando os “cacos”!**

Construir uma história que se diga do livro e da indústria editorial sergipana é um grande desafio. Isto pelo fato das evidências a esse respeito estarem totalmente espalhadas e ou perdidas nos imensos labirintos dos arquivos, bibliotecas, acervos particulares, dentre outros.

Diante disso, o presente texto tomará nota a respeito da referida temática, buscando caracterizar a história do livro e da indústria editorial em Sergipe desde os primórdios e mais especificamente na segunda metade do século XX.

Para José Marques de Melo (2003, p. 94), excetuando o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís, Belém e Vila Rica, “que dispunham de um certo nível de progresso já na época de dependência com Portugal, a imprensa só muito lentamente se iria expandindo por todo o país”.

Em Sergipe então a imprensa só vai chegar vinte dois anos mais tarde, em 1832 na então Vila de Estância. Conforme Jackson da Silva Lima (1971, p.145), somente “a partir dos primeiros anos da década de 30 do século passado, é que surgiram as condições sócio-históricas que iriam possibilitar a formação e o desenvolvimento da literatura sergipana”. Conforme o referido autor as primeiras experiências de cunho literárias só foram possíveis devido “a fundação da imprensa pelo Monsenhor Silveira e a circulação do Recompilador Sergipano (1832), cujo primeiro redator foi o padre José Alves Pitangueira” (LIMA, 1971).

Na década de 30 do século XIX, Sergipe era dependente economicamente da Bahia. Conforme Maria Thetis Nunes (1984, p. 51), esta dependência também se evidenciava na imprensa: “[...] a divulgação dos fatos econômicos e políticos se fazia através dos jornais baianos tais como: A Idade D’Ouro (1811-1823), o Grito da Razão e o Intendente Constitucional. Sobre o pioneiro da imprensa sergipana, o Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, Nunes (1984), enfatiza que o mesmo se empenhou pela manutenção da autonomia de Sergipe desde a assinatura do decreto de D. João VI em 1820. Foi presidente do Conselho Geral da Província de Sergipe, Deputado da Assembleia Legislativa Provincial (1835). O jornal impresso na sua tipografia “Recompilador Sergipano” circulou até 1834 e publicava aspectos da política provinciana. Conforme autora supracitada, na tipografia de Antônio Silveira também foram publicados por ele “os Anais do Conselho-Geral da Província” referente aos anos de 1832 e 1834 respectivamente.

De acordo com Nunes (1984), no ano de 1835, agora na então capital, começa a circular em São Cristóvão um outro impresso intitulado Noticiador Sergipense, de propriedade do governo provincial. Logo, estava a serviço deste órgão governamental.

O governo do presidente da Província sergipana, José Elói Pessoa da Silva (1837/1838), aparece com a tentativa de criar uma escola profissionalizante, o Colégio das Artes Mecânicas. Este estabelecimento seria “para o ensino de órfãos pobres, expostos e filhos de indigentes”. Todavia, segundo a autora, o Colégio de Artes Mecânicas ficou somente no papel. Mas o seu decreto permitiu.

[...] a compra de uma tipografia, de propriedade da província, onde seria impresso um periódico que deveria publicar todos os atos oficiais, que não exigiam segredo, do Presidente da Província, da Assembleia Legislativa Provincial, dos Prefeitos, das Câmaras Municipais, dos Jurados; as participações das Autoridades Policiais, e as decisões das Juntas de Paz (NUNES, 1984, p. 64).

Percebe-se que a imprensa ao chegar em Sergipe logo se vincula aos fazeres administrativos do governo. Os homens donos do poder vão utilizar o poder da imprensa para

legitimação dos seus discursos. O analfabetismo será um grande fator do afastamento da imensa maioria da população das letras. Cabendo a esta os ofícios manuais. O acesso ao mundo das letras ficava para os homens da elite; os filhos de donos de engenhos que se projetavam como donos da intelectualidade.

Conforme Nunes (1984) foi no Colégio de Artes Mecânicas que foram impressas as Leis Provinciais intitulada de “Livro das Leis Sergipanas”. A partir da instalação deste colégio em 1838, que surgiu o jornal Correio Sergipense, uma espécie de “porta voz do governo” até 1865.

A partir da maioridade de D. Pedro II em 1840, Sergipe acompanhará o crescimento econômico do país com o aumento da produção açucareira. Em conformidade com Nunes (1984, p. 66), “a vida cultural sergipana evidencia sinais de progresso. Além do Correio Sergipense, surgem outros jornais na década de 1840-1850, como ‘O Monarquista Constitucional’, ‘O Pedro II’, ‘O Triunfo’, ‘O Telégrafo’, que circulam em Laranjeiras”. Neste contexto, os jovens, em sua maioria da elite agrária sergipana, buscam ascensão nas escolas superiores do país e da Europa.

Vale ressaltar neste longo percurso da história da imprensa tipográfica e do livro em Sergipe, a fundação da Biblioteca Pública (anexa ao Convento do Carmo em São Cristóvão) pelo então presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos em 1848. Conforme Nunes (1984, p. 71), o acervo da Biblioteca Pública Provincial de São Cristóvão era composta por 415 volumes. E a referida unidade informacional só viria funcionar três anos após a sua fundação (1851).

Sobre a fundação da Biblioteca Pública Provincial:

Art. 1 Fica criada na capital desta província uma Biblioteca com a denominação de Biblioteca Pública Provincial- que constará de obras antigas e modernas em todos os ramos de conhecimentos humanos, escolhidas e das melhores edições. Art. 3 A Biblioteca poderá ser colocada em um dos conventos desta cidade, onde melhor parecer ao governo. Art. 6 Na Biblioteca haverá uma secção denominada- Arquivo-, que será destinada: - Para originaes, ou cópias de mapas e relações estatísticas; 2 Para originaes, ou cópias de quaisquer papeis do Governo Geral, ou provincial, cuja guarda no Arquivo se julga conveniente, e para notícias de acontecimentos agradáveis ou desastrosos, provenientes de cousas naturaes; [...] O secretário desta província faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo de Sergipe, aos 16 de junho de 1848 da Intendência e do Império (IHGSE. Fundo Epifânio Dória).

Percebe-se que para conhecer um pouco a história do livro em Sergipe existe a necessidade de acompanhar a trajetória da Biblioteca Pública Provincial. A qual possuía

“obras antigas e modernas em todos os ramos de conhecimentos humanos, escolhidas as melhores edições”. Coube à presidência de Inácio Joaquim Barbosa (1853/1855), a normalização da Biblioteca Pública Provincial. Ele fixou o número de funcionários e os seus salários. E ainda teria aprovado verbas para a aquisição de livros e assinaturas de revistas literárias, nesse período, a Biblioteca contava com cerca de 1.642 volumes (NUNES, 1984, p. 80).

Nesse contexto, algumas alterações vão começar a serem sentidas com relação à intenção da imprensa sergipana. O Correio Sergipense, por exemplo, passará a publicar assuntos referentes ao cotidiano local, “dos intelectuais da terra, como os versos de Tobias Barreto [...] de Pedro Calasans [...]. Ainda circulou na velha Capital, entre 1853 e 1854, o “União Liberal” (NUNES, 1984, P. 86). Em Estância, lugar do nascedouro da imprensa sergipana, vão circular mais dois periódicos, o “Saquarema”, de cunho político e “Urtiga”, humorístico.

A província de Laranjeiras também se desenvolveu culturalmente com o aparecimento de diversos impressos desde 1841, como O Monarquista Constitucional, O Triunfo (1844), Pedro II (1844), O Guarany (1847), O telégrafo (1848), O Observador (1851/1853) e a Voz da Razão (1851-1853). Em Santo Amaro das Brotas, o jornal A Voz da Razão teria circulado entre 1854 e 1856 (NUNES, 1984, p. 87).

Conforme (SANTOS, 2011, p. 34; apud DÓRIA, 1911), em 1855, devido a transferência da capital para Aracaju, a Biblioteca Pública Provincial “teve o seu acervo encaixotado e transferido para nova capital”, onde teria funcionado em prédio em condições precárias. Todavia, Nunes (1984, p. 119), afirma que a Biblioteca Pública só “começou a funcionar, efetivamente” em 1873 na presidência de Dr. Manuel do Nascimento Galvão.

Quanto aos livros do acervo da Biblioteca Pública, foram transitados por várias repartições, da Tesouraria Provincial até 1858 para a Secretaria da Assembleia Legislativa e depois para Secretaria do Palácio do Governo, até a instalação na sede própria no período republicano.

Nunes (1984, p. 120), faz uma caracterização dos livros que compunham o acervo das bibliotecas e das doações. Segundo a autora citada, se evidenciava a “influência francesa no desenvolvimento intelectual sergipano. Chateaubriand, Victor Hugo, Thiers, Balzac, Lamartine, Alexandre Dumas eram autores bastante lidos”.

Percebendo o gosto dos poucos grupos interessados pela leitura, “as livrarias anunciavam, constantemente, a venda de livros recém-chegados da França” (NUNES, 1984,



p. 120). Os jornais davam mais importância aos acontecimentos da Europa do que da localidade.

Em 1873, por adoção do país ao Sistema Decimal de Pesos e Medidas, foi publicado em Sergipe na Tipografia do Jornal do Aracaju, o *Compêndio Elementar de Sistema Métrico Decimal* compilado pelo Capitão de Infantaria Manuel da Silva Rosa Júnior, e editado para as Escolas Públicas da Província de Sergipe (NUNES, 1984, p. 122).

Nos fins do império vários sergipanos ganharam destaque no cenário nacional como intelectuais. Dentre estes tem-se Sílvia Romero, Fausto Cardoso, Amando Fontes, João Ribeiro, e outros grandes intelectuais que deixaram o seu torrão para ganhar projeção lá fora. A imprensa sergipana também serviu como um grande instrumento político para transformação no cenário. A partir das publicações periódicas os partidos políticos travavam uma verdadeira guerra ideológica prevalecendo no final a adoção do regime republicano em 1889.

Nesse contexto, a imprensa acabou participando da vida política de Sergipe de maneira muito presente. Segundo Nunes (1984, p. 196), na primeira década do regime republicano surgiram diversos jornais em Sergipe. Estes tinham “feição política e ligados aos partidos que tentavam definir-se.” Entre estas publicações temos o jornal o “Estado de Sergipe” (se tornou órgão do governo de 1893 a 1919), a “Folha de Sergipe” (1891-1896), a “União Republicana (1891-1894), dentre outros como o “Operário”, publicação que defendia os direitos dos trabalhadores.

Conforme Nunes (1984), a sociedade sergipana nas duas primeiras décadas não sofreu nenhuma transformação. As realidades socioeconômicas permaneciam extáticas. Prevalencia o bacharelismo na ambição dos jovens da classe elitista e dos de classe média. Mas, segundo Nunes (1984, p. 206), para que estes pudessem viver no Estado tinham que estar atrelado à política clientelística ligada aos “detentores do poder” local. Sendo assim, nos fins da primeira década republicana outros intelectuais buscam projeção nos centros mais desenvolvidos como, Manuel Bonfim, Laudelino Freire, Maximino Maciel, Manuel Curvelo de Mendonça, Oséias Santos, dentre outros. Ou seja, Sergipe foi um grande exportador de intelectos devido à falta de estrutura e de perspectiva oferecidas na terra natal destes homens das letras.

O ano de 1912 será uma marco para a intelectualidade sergipana. Neste momento foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Segundo Nunes (1984, p. 219-220), a fundação desta instituição foi resultado da ideia de “Florentino Teles de

Menezes<sup>12</sup>, que conseguiu congregiar em torno da instituição os personagens mais representativos da vida cultural e social aracajuana.” Com a publicação periódica no Instituto, os estudos históricos e geográficos foram estimulados (1984).

Coube à administração do presidente do Estado Siqueira de Menezes, a inauguração do edifício da Biblioteca Pública, aquela mesma que foi transferida de São Cristóvão para Aracaju em 1855 e instalada em diversos lugares. Mas este mesmo governo usou do “autoritarismo” para proibir a circulação dos jornais: o “Jornal de Sergipe” e a “Folha de Sergipe”. Ficando aqueles situacionistas como o “Correio da Manhã”, o “Estado de Sergipe” e o Diário da Manhã (1984).

Diante do exposto se percebe o quanto a imprensa perturbava. Os impressos eram bastante utilizados para contestar a ordem vigente. E sobretudo, para projetar aqueles intelectuais que ficaram no torrão natal. Sobre este aspecto Nunes (1984, p. 235), destaca o jornal O Século XX, que circulou de 1916 a 1920, na vida cultural sergipana dessa época. Projetou jovens intelectuais iniciantes, Passos Cabral, Péricles Barreto, Pe. José Augusto da Rocha Lima, Orlando Dantas”, dentre outros. Conforme a supracitada autora, será das páginas desses intelectuais que “vão aparecer os primeiros anúncios de inconformismo ante o sistema político dominante”.

No campo da edição e publicação a década de 20 do século passado se destacou Maurício Gracchoo Cardoso. Este criou o Arquivo Público do Estado (1923) com a intenção de receber, preservar e classificar sistematicamente os documentos. Conforme Nunes (1984, p. 254), o então presidente do Estado fez publicar as “Obras Completas de Tobias Barreto [...] e do Dicionário Bibliográfico Sergipano de autoria do Dr. Armindo Guaraná [...]. Ainda foram publicadas “Pela Imprensa e pelo Povo”, de Gumercindo Bessa e “Minha Gente, de Clodomir Silva”. Segundo a autora, Graccho Cardoso em mensagem à Assembleia Legislativa “apelava aos seus sucessores que seguissem a tarefa de tornar conhecidas as obras, já esgotadas, de autores sergipanos, citando Coelho e Campos, Pedro Calazans, Fausto Cardoso, Felisbello Freire”, e outros.

Dessa maneira, percebe-se que Sergipe, a partir da chegada da família real ao Brasil e do estabelecimento das primeiras tipografias, e ainda em consonância com outras províncias imperiais adentrou no mundo da imprensa, tendo sido veiculados jornais de

---

<sup>12</sup> Florentino Teles de Menezes (1886-1959) - Sergipano, jornalista, professor do Atheneu Sergipense, sociólogo influenciado por autores como Spencer, Tarde, Durkheim, Nietzsche, Marx. Preocupou-se com os problemas sócio-políticos do Brasil, defensor da emancipação das mulheres e incentivador da fundação do Centro Socialista Sergipano e do Centro Pedagógico Sergipano (NUNES, 1984, p. 220).

diversas vertentes. Com tal advento, destacaram-se autores de importância nacional que foram publicados por editoras nacionais. Porém, existiram outros, até aqui pouco estudados, que escreveram e foram publicados em terra natal por intelectuais que passaram a atuar também como editores, como é o caso do Sr. José Augusto Garcez que na década de 1950 cria o Movimento Cultural de Sergipe e passa a publicar autores sergipanos desconhecidos ou que possuíam pouco acesso ao público leitor. Assim, a história de José Augusto Garcez e seu empreendimento cultural, o Movimento Cultural de Sergipe (1950-1960) é o objeto desse estudo.

### **3 JOSÉ AUGUSTO GARCEZ: UM INTELECTUAL SERGIPANO (1918-1992)**

Narrar uma vida é lembrar, que os indivíduos biografados – como qualquer indivíduo –, a cada momento de suas vidas, têm diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual fazem escolhas, seguem alguns caminhos e não outros. Se hoje esse futuro já é passado, e o resultado das escolhas feitas conhecido, o biógrafo tem a tarefa de recuperar o ‘drama da liberdade’ (...) dos personagens – as incertezas, as oscilações, as incoerências e, por que não?, o papel do acaso – mostrando que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início (ASSIS, apud CARA, 2005).

#### **3.1 O gênero biográfico: suas características e dificuldades**

Segundo Antônio Houaiss (2009) a biografia enquanto vocábulo surge na Antiguidade no século V para definir a narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem. Em outras palavras, trata-se de escrever a história de vida de um indivíduo. Dessa forma, vê-se que biografar alguém é uma tarefa complicada e sempre incompleta.

Para muitos autores a biografia e a autobiografia (narração de si) têm como objetivo “estabelecer uma lógica, linear, para a vida da pessoa” (BENDASSOLLI, 2008, p. 57). Contudo, cautela se faz necessária. Primeiro pelo cuidado que se deve ter com as paixões, que no mais das vezes, transforma-se em exaltação ou detratção dos personagens em foco. Segundo, pela tradição da linearidade - do início, meio e fim - que acaba deixando o texto sem possibilidades de interpretações.

Com os avanços e retrocessos por que passou o gênero biográfico, o paradigma atual entende que a vida é movida por rupturas e continuidades e não um todo coeso

facilmente acessível. Pierre Bourdieu (2006, p. 185), crítico do modelo biográfico linear, afirma: “tornamo-nos ideólogos da nossa própria vida”. E acabamos “contando histórias para nós mesmos porque não conseguimos admitir que não sejamos autores, personagens principais, no teatro social em que nos movimentamos”. Com tal afirmação, o pesquisador Pierre Bourdieu deixa claro que toda biografia parte do pressuposto de uma seleção consciente ou não, em relação aos fatos que sejam importantes e significativos para o biografado, ou seja, há uma seleção de fatos, nunca se consegue absorver o todo. Mas, em outro aspecto, é possível compreender o indivíduo em meio ao grupo social do qual faz parte.

Corroborando com Bourdieu, Sérgio Miceli (2009). Este sociólogo e professor brasileiro, alerta para os perigos das biografias e suas congêneres. Para ele o pesquisador deve levar em consideração que suas fontes de pesquisa, sobretudo de cunho biográfico não são produzidas de forma natural, mas ao contrário disso, partem de interesses sociais específicos dos biografados. Dessa forma, as biografias para além da narrativa de uma vida, são construções sociais de indivíduos particularmente distintos no interior da sociedade e por ela reconhecidos. Vale aqui nos lembrarmos de uma alerta de Pierre Bourdieu (2006), que vê o biógrafo como um “profissional da interpretação”. Dessa forma, se faz necessário buscar desvendar sujeitos históricos e suas redes de relações, mas também sua autonomia. Segundo Giovanni Levi (2002), uma biografia é um importante mecanismo de entendimento dessas liberdades de escolha individuais, das liberdades de ação, mesmo que restritas e certamente incertas e instáveis, dentro do contexto normativo, que não é absoluto, mas sim contraditório e, por vezes, incoerente, abrindo, com isso, uma brecha para as estratégias de ação dos agentes históricos. Em suas palavras:

Uma narrativa de vida, assim, deve estar sempre atenta aos seguintes problemas: “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada”. O método biográfico, desta forma, não pode ser qualificado como ilusório, no sentido em que devemos relativizar a ideia de que há uma força limite dos laços normativos, dos mecanismos sociais e institucionais sobre as percepções e iniciativas individuais (LEVI, 2000, p.167-183).

Dessa forma, biografar um indivíduo é analisar a ele e as sua rede de relações. É trabalhar com a perspectiva de sua função mediadora e com o fato de que há uma margem de liberdade de ação, mesmo que restrita, desse ator social dentro do incoerente e conflituoso sistema de normas. Escrever uma história de vida é estar atento ao jogo relacional no qual o

sujeito biografado esteve envolvido. A viabilidade de realização ou não de seus projetos vai depender de outros tantos projetos individuais e/ou coletivos. Redes de dependência e reciprocidade construídas ao longo de uma vida e que são plásticas, móveis, negociáveis, dentro, seguramente, de um contexto percebido enquanto campo de possíveis (BORGES, 2006).

Para finalizar, torna-se necessário acrescentar dois pontos importantes. O primeiro deles é o entendimento que temos da escrita biográfica como estratégia metodológica e narrativa, em especial no que diz respeito à reflexão que pode ser feita em relação ao par indivíduo/sociedade. Nessa perspectiva, “a biografia (...) (é) entendida como leitura do social”. O segundo e não menos importante é uma dica de E. Thompson já amplamente discutido pelos historiadores que se dedicam aos escritos biográficos e que deve nos servir de alerta: “é necessário expressar o ‘fazer-se’ do personagem ao longo de sua existência”.

Isto posto, o presente texto pretende abordar não a biografia de José Augusto Garcez<sup>13</sup>, intento para o qual se necessita de maior tempo de pesquisa e volume documental para que as diversas lacunas, certamente existentes, possam ser sanadas, isto pois, se faz necessário entrever uma série de relações familiares e pessoais para se construir uma biografia no que ela contém de coletiva e social. Outro agravante diz respeito à documentação de várias décadas. Isto, pois, a documentação por ele produzida e recebida no exercício de suas atividades, bem como a de caráter pessoal, encontra-se dispersa, sendo necessário um trabalho de maior fôlego para levantá-la e analisá-la. Não obstante, aqui se buscará entrever momentos importantes de sua vida privada, social e intelectual, no intuito de analisar sua participação no que se convencionou denominar de Movimento Cultural de Sergipe (1953-1960).

### 3.2 Fragmentos biográficos de JAG

As primeiras informações sobre esse personagem nos são dadas de próprio punho, ou seja, por sua autobiografia, entendida como “a vida em questão narrada diretamente por quem a viveu” (BENDASSOLLI, 2008, p. 57). Partindo desta noção, JAG explicitou informações autobiográficas na “orelha” do seu livro, *Realidade e Destino dos Museus de 1959*, produzindo um relato linear. Contudo, buscaremos aqui uma análise mais aprofundada dos dados obtidos.

---

<sup>13</sup> A partir desse momento todas as vezes que houver referência a José Augusto Garcez, usar-se-á a sigla JAG.

JAG é sergipano de São Cristóvão-SE e nasceu na usina Escurial em 19 de agosto de 1918. Filho de Sílvio Sobral Garcez, industrial e proprietário de terras, e Carolina Sobral Garcez, sua prima carnal e dona de casa. Ambos legítimos descendentes dos Dias Coelho e Mello. O casal teve quatro irmãos, a saber: João Augusto Garcez (governador biônico de Sergipe em 1967), Carlos Augusto Garcez (advogado), Sílvio Garcez (médico), Maria Augusta Garcez Rollemberg<sup>14</sup>. A família ampla era extensa e estava situada em diversos setores da sociedade sergipana.

Contudo, é preciso atentar para o fato que a família Garcez já possuía uma história na região e no estado de Sergipe. Logo, essas primeiras informações, local e sobrenome, mais do que identificadores de uma pessoa física, são indicadores da origem social desse “personagem”. Ao se olhar com mais vagar, vê-se que eles se constituem indicadores importantes para que se perceba a estrutura social na qual JAG estava inserido.



**Foto 1:** Casarão da fazenda Escurial

**Fonte:** <http://itaporangaserpipe.blogspot.com.br/2010/12/os-decendentes-dos-baroes-de-itapornga.html>

Segundo Givaldo Dias (2010), a família Garcez:

[...] descende da nobreza dessa região, e notabilizaram-se como grandes proprietários de terras, Juízes de Paz, Presidentes de Província, Deputado e Senador do Império do Brasil (1855/1859), cujos descendentes voltaram a Governar o Estado de Sergipe, depois da instalação da República [...].

<sup>14</sup> Casada com o primo, empresário (EMPRESA LIZ de beneficiamento de calcário) ex-prefeito do município de Itaporanga, ex-deputado estadual (1951-1955) pelo PSD, ex-deputado federal (1958-1966) pela ARENA e ex-governador biônico de Sergipe (1969-1971), o Dr. Arnaldo Rollemberg Garcez (BARRETO, 2010) In: <http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/noticia/palacio-museu-olimpio-campos-recebe-doacao-da-familia-de-arnaldo-garcez>.

Tal afirmação é corroborada pelo intelectual, jornalista e empresário Orlando Dantas<sup>15</sup>, autor da obra *A Família Patriarcal em Sergipe* e também pertencente à elite intelectual, proprietária e econô

elite proprietária sergipana, assim como aventado anteriormente pelo jornalista Givaldo Dias estabeleceu-se como proprietária de engenhos, fazendas e usinas. Também, como esperado, adentraram à política. Diversos nomes dessa família ganharam notoriedade em Sergipe em diversas áreas laborais.

No entanto, o excerto do pesquisador Samuel Barros de Albuquerque (2005, p.11) acerca do baronato sergipano, demonstra a importância nobiliárquica dessa família no século XIX. O autor afirma:

Toda a relevância do clã Dias Coelho e Melo e do seu proeminente patriarca foi observada por um ilustre visitante, o Imperador Pedro II, que esteve na Província sergipana em 1860. A visita oficial do Imperador a Sergipe, transcorrida entre 11 e 21 de janeiro, teve como um dos seus itinerários Itaporanga da Ajuda e o engenho Escurial, que pertencia à família e despontava como uma das mais importante propriedades do fabrico do açúcar nas terras de Sergipe. São nas memórias dessas duas localidades que encontramos importantes referências acerca do destacado folgo dos Dias Coelho e Mello. Nenhuma outra família ou figuras políticas foram tão focadas por sua Majestade Imperial.

Dessa forma, têm-se uma primeira visão do grupo social ao qual JAG pertencia. Era um membro da tradicional elite sergipana. Seus ancestrais de origem portuguesa migraram ainda no século XVIII para o Brasil e se estabeleceram na região do Vale da Cotinguiba em Sergipe. Mais especificamente, JAG descende do baronato sergipano, tanto no ramo estanciano, como no ramo itaporanguense, liderados pelos irmãos Domingos Dias

---

<sup>15</sup> Filho de Manuel Correia Danta de tradicional família sergipana dirigido a Usina Vassouras e contribuído para a modernização da agroindústria no estado de Sergipe. Destacou-se porém como intelectual e jornalista, tendo fundando em 1956 o jornal *Gazeta Socialista* que depois transformou em *Gazeta de Sergipe*. Como político foi deputado estadual constituinte em Sergipe em 1946 pela Esquerda Democrática. Em 1950 foi eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, sendo o único membro da sua bancada, tendo participado ativamente da campanha *O Petróleo É Nosso* que resultou na criação da Petrobrás. Ao final do seu mandato retorna a Sergipe participando com destaque da política local. No governo de Seixas Dória, foi nomeado presidente do Banco do Fomento Econômico do Estado de Sergipe, depois Banco do Estado de Sergipe. Publicou diversos ensaios sobre a economia sergipana e brasileira, entre os quais *O problema Açucareiro de Sergipe*, 1944, e *Análise sobre a Inflação Brasileira*, 1958, mas sua obra mais importante foi *Vida Patriarcal de Sergipe* publicado pela editora Paz e Terra em 1980 In: *Vida Patriarcal de Sergipe*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Coelho e Mello III<sup>16</sup> (1795-1884) casado com a senhora Maria Micaela Dantas de Mello e Antônio Dias Coelho e Mello (1822-1904)<sup>17</sup>, que contraiu três núpcias, respectivamente com as senhoras Lourença Dantas de Mello, e após com Lourença de Almeida Dias Mello e, finalmente, com a sobrinha-neta Francisca de Assis Dias Mello, sendo as duas últimas parentes diretas do barão.

Dessa forma, a história dos Garcez confunde-se com a história da nobreza brasileira instituída pelo monarca D. João VI, por meio da Corporação dos Reis e Armas (1810) durante seu governo no Brasil. Foi uma de suas políticas a distribuição de títulos

---

<sup>16</sup> Domingos Dias Coelho e Mello, primeiro e único barão de Itaporanga (Sergipe, c.1785 — Sergipe, 11 de abril de 1874) foi um nobre brasileiro e grande proprietário de terras em Sergipe. Foi membro da junta governativa sergipana de 1822-1824. Filho de Domingos Dias Coelho e Melo e de Maria Teresa de Jesus, casou-se com Maria Micaela Dantas e Melo, e teve como filhos Antônio Dias Coelho e Mello (o Barão de Estância), Francisco Dias Coelho e Mello, e Maria Luisa Viana Bastos. Senhor de Engenho proeminente desde o século XVIII, foi membro da primeira junta governativa de Sergipe, leal à Independência em 1822, descende diretamente de Diogo da Rocha e Sá, sobrinho de Mem de Sá, terceiro Governador-Geral do Brasil, e primo de Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro em 1565, também sobrinho de Mem de Sá, os quais chegaram à Bahia em 1557. Pelo lado materno, no século XVI, descende de Inês Barreto, filha de Egas Moniz Barreto, tronco familiar basilar na Bahia e no Rio de Janeiro do século XVI, primórdios da colonização. Em inícios do século XVIII seu ascendente Domingos Dias Coelho casou-se nos Vieira de Mello, de Pernambuco e seu filho, Domingos Dias Coelho e Mello (II) nos (Maciel de) Sá, um dos três ramos dos Sá no Brasil, com terras em Sergipe desde o século XVI. Foi agraciado barão em 14 de março de 1860. In: Domingos Dias Coelho e Melo, o Barão de Itaporanga d'Ajuda, 13 de junho de Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki>.

<sup>17</sup> Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão de Estância, (Itaporanga d'Ajuda, 13 de junho de 1822 - 5 de abril de 1904) foi um juiz de paz, proprietário rural e político brasileiro, senador do Império do Brasil de 1885 a 1889. Filho de Domingos Dias Coelho e Melo, barão de Itaporanga, descende por casamento de seu bisavô Domingos Dias Coelho e Melo II, na família Maciel de Sá, um dos três ramos dos Sá, vindos no século XVI com Diogo da Rocha e Sá, que aportou no Brasil em 1558 com seu tio Mem de Sá, terceiro governador-geral. Descende ainda por casamento de Domingo Dias Coelho e Melo, seu trisavô, dos Vieira de Melo, de Pernambuco. Casou-se em primeiras núpcias com Lourença Dantas de Mello, e após com Lourença de Almeida Dias Mello e, finalmente, com a sobrinha-neta Francisca de Assis Dias Mello. Político de grande prestígio na província de Sergipe, à frente do Partido Liberal; exerceu os cargos de juiz de paz, vereador, deputado e vice-presidente da província, sendo seu governante temporariamente por vários períodos. Foi deputado geral por várias legislaturas e senador do Império em 1885. Era senhor do engenho Escurial, o qual ainda permanece na posse da família Rollemberg, cuja origem remonta à filiação de sua filha Amélia Dias Rollemberg (Adolfo de Faro Rollemberg, "Adolfo do Escurial") nascida do seu primeiro matrimônio e casada com José de Faro Rollemberg, filho do Barão de Japarutuba, Gonçalo Accioli de Faro Rollemberg. Uma de suas filhas (nascida do segundo matrimônio), Aurélia Dias Rollemberg, casou-se com o Senador Rollemberg, Gonçalo de Faro Rollemberg, neto e tido erroneamente como homônimo do avô, o Barão de Japarutuba. Seus dois outros filhos foram Pedro Dantas de Melo e Ana Dias Bitencourt, respectivamente, do primeiro e segundo matrimônios. Comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa. Recebeu o baronato por decreto de 18 de setembro de 1867. O título faz referência à cidade sergipana de Estância. Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão de Estância, (Itaporanga d'Ajuda, 13 de junho de Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_Dias\\_Coelho\\_e\\_Melo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Dias_Coelho_e_Melo)



nobiliárquicos a senhores de terra e aos burocratas do recém-instituído governo. Contudo, para adentrar esse círculo simbólico havia-se de cumprir uma série de prerrogativas econômicas e sociais. Embora o auge dessa elite em Sergipe, sobretudo, no vale da Cotinguiba tenha sido o século XX. Tais famílias passaram a atuar em diversos setores do empresariado, funcionalismo, política e jurisprudência no estado.

Dentro dessa estrutura social diferenciada os Garcez uniram em matrimônio de forma endógena, ou seja, unindo-se a familiares e exógena, marcada pela união marital com outras famílias de destaque em Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Dentre as suas principais uniões, destacaram-se as famílias: Faro Rollemberg, Vieira de Mello e Maciel.

O trabalho, *Grandes Famílias e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Reconversões sociais e esferas de atuação* (2010) de autoria de Hélio Leandro e David Santos, permite a compreensão das estratégias de estruturação do poder no estado de Sergipe, enfocando as estratégias de recrutamento, seleção, reprodução e consagração das famílias proprietárias de forma que lhes garantissem a manutenção das posições dominantes no interior da sociedade. Os pesquisadores apontam que dentre as principais estratégias de reprodução familiar estão às alianças matrimoniais endógenas com o objetivo de fortalecer os laços internos ou também as exógenas, entre descendentes de “grandes famílias” diferentes. Alianças que buscavam a expansão das redes de relações entre ambas às famílias envolvidas, visando à multiplicação de seus recursos: bens, prestígio, notoriedade, sobretudo a perpetuação de um nome “nobre, sendo este trunfo em dias atuais, ainda bastante acionado para a consagração das grandes famílias no estado” (p.04).

Estes recursos, que o teórico francês Pierre Bourdieu, denomina *capitais*, são provenientes das mais distintas esferas: os *recursos econômicos*, com base na posse da terra, a propriedade de engenhos e usinas, a posse e/ou a direção de grandes empresas e novos investimentos, que estão relacionados também com os recursos profissionais e escolares; *recursos sociais*, nestes contidos também os recursos simbólicos de notoriedade, status social, títulos honoríficos, patentes, ou refletidos na extensa rede de relações pessoais; *recursos políticos*: encarnados em posições políticas de referência. Um mesmo grupo dominante pode acumular diferentes espécies de recursos e utilizá-los de forma vantajosa, pra obter outros, ou fortalecer os que já possuem, objetivando manter-se entre as “elites” (BOURDIEU, 2010). Contudo, o mais importante é perceber que esses capitais ou recursos que são acumulados por um indivíduo ou grupo, possuem como principal característica, a capacidade de serem convertidos para outras esferas a depender do interesse e manipulação dos seus proprietários,

seja ele um indivíduo ou uma família. (SANIT MARTIN, 1995; CORADINI, 2001; SEIDL, 2002).



**Foto 2:** Colégio Tobias Barreto – Alunos em Formação. Instituição em que JAG estudou.

**Fonte:** Revista Renascença, n. 08 – 1935. In: [aracajuantigga.blogspot.com.br](http://aracajuantigga.blogspot.com.br)

Isto posto vê-se que JAG descendente da açucarocracia sergipana foi um indivíduo que possuiu distinção social por nascimento. E como membro dessa elite recebeu uma educação tradicional e em escolas voltadas a educação dos membros dos grupos dominantes no estado e fora dele. Referente aos primeiros estudos, Acrísio Tôrres (1979, p. 143), afirma que JAG os iniciou no município de Itaporanga D'Ajuda, com professores particulares, tendo concluído as primeiras letras em São Cristóvão. Ainda segundo as fontes, logo após o básico, prosseguiu seus estudos no Colégio Tobias Barreto<sup>18</sup>, originalmente fundado na cidade de Estância, município de Sergipe, pelo professor José de Alencar Cardoso em 1909. Contudo, apenas quatro anos depois, já era transferida para Aracaju. Segundo a pesquisadora Maria Thétis Nunes, em sua obra *História da Educação em Sergipe* (1984), a escola destacava-se não somente pelo elevado padrão de ensino em relação ao conjunto da educação sergipana, mas também possuía como característica principal a militarização.

Posteriormente, enviado por seu pai, o coronel Sílvio Garcez, JAG concluiu seus estudos básicos no Colégio Marista Nossa Senhora da Vitória, fundado em 1906 na cidade de

<sup>18</sup> Na década de 1920, era frequentado pelo elemento feminino. Passando para a administração do Professor Alcebíades Melo Vilas Boas, esteve em atividade até 1969, quando o Governador do Estado Dr. João Andrade Garcez adquiriu os prédios e, em 1976, no Governo do Dr. José Rollemberg Leite, foi instalada a Escola de 1º e 2º Graus "Tobias Barreto". Estão guardados nela os arquivos do antigo Colégio "Tobias Barreto" e da Escola Técnica de Comércio de Sergipe (SANTOS, 2011).

Salvador. O que se caracterizou sua primeira experiência de moradia fora do estado. Colégio tradicional de cunho católico mariano, originalmente, possui uma linha mestra sedimentada na educação religiosa, intelectual, moral e cívica de seus alunos. Nele, Garcez concluiu os estudos necessários para ingressar no ensino superior.



**Foto 3:** Escola Marista nossa Senhora da Vitória.

**Fonte:** [fratresinunum.com](http://fratresinunum.com)

Ainda na Bahia, ingressou no Curso de Direito, que por motivos de saúde, não chegou a concluir. Voltou a Sergipe e passou a escrever para jornais de Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo (TÔRRES, 1979, p. 143). Segundo Paulo Fernando Teles Morais (1985, p. 60), “logo cedo passou a dedicar-se às letras como subsídio próprio, e a divulgá-las para subsídios dos outros. Aos 18 anos ingressou no jornalismo estreando com a biografia “Prado Valladares” (1938)”.

Também será dessa época seu casamento com a senhora Isaura dos Santos Pereira, que segundo a entrevistada Sílvia Garcez, era filha do juiz de direito Manuel Cândido Pereira, graduada em odontologia, era poliglota e destacou-se no trabalho social na capital sergipana. Deste enlace, nasceram duas filhas, as senhoras Sílvia Carolina Pereira Garcez Aragão (divorciada, administradora, funcionária pública estadual, pós-graduada em Métodos Quantitativos em Planejamento). Esta por sua vez é mãe de José Augusto de Garcez e Aragão (universitário na área de Gestão de Recursos Humanos) e Ygor Hernandez de Garcez e Aragão (formado em Gestão de Empreendimentos Turísticos e especializado nas áreas de TV, cinema e produção - ator profissional); e a senhora Isaura Augusta Garcez (odontóloga e casada com Carlos Almeida Mendonça Junior). A segunda filha é mãe de Caroline Garcez

Mendonça (universitária em odontologia), Carla Garcez Mendonça Maia (dentista) casada com Marcelo Maia (dentista) e Ticiane Garcez Mendonça (advogada e esposa de Thiago Luiz Carvalho Santos (advogado)).

Assim, após estabelecer-se em Sergipe, vê-se que JAG, utilizando-se de sua inserção social, rede de relações - que incluíam Felte Bezerra, Acrísio Cruz, Santos Souza, Orlando Dantas, dentre outros - prestígio familiar e educação refinada pôde reverter recursos pessoais e ingressar no jornalismo e no mundo autoral. Experiências essas que algumas décadas mais tarde seriam utilizadas na editoração mantida pelo Movimento Cultural de Sergipe (1950-1960). Contudo, em sua autobiografia JAG informa sua formação, em Filosofia, Sociologia e Museologia. Tal informação não pode até agora ser comprovada e necessita de investigações mais profundas.

Contudo, têm-se como referência da formação acadêmica de JAG, o sociólogo e escritor Fernando de Azevedo expõe em *Aurora de Sangue* (1958, p.53):

Jornalista, crítico e historiador, não se destaca somente pela produção, mas põe a serviço da cultura, com desprendimento pessoal, em benefício de outros, sua inteligência e capacidade de trabalho. Em plena atividade. Não é somente escritor que prova, mas também editor que, na direção do Movimento Cultural de Sergipe estimula e favorece os outros, tomando a iniciativa de lança-los. O que mais admiro é o seu esforço, nobre e fecundo, no sentido de desenvolver o movimento que inaugurou e procurou e procura manter, subtraindo-se à sedução das grandes cidades. Ser fiel a si mesmo e à sua terra e, para servi-la, não deserta-la, é cousa que se pode orgulhar.

Aqui se cria uma lacuna que merece atenção. As perguntas que se impõem são: que experiências literárias e jornalísticas foram adquiridas pelo jovem JAG fora de Sergipe? Que redes ele estabeleceu para conseguir realizar publicações fora do estado ainda jovem? Embora tais perguntas recaiam na incerteza do caso anterior, buscar-se-á aqui pelo menos pontuar algumas dessas experiências e amizades entre intelectuais e editores nacionais. Isto, pois, é significativo para que se possam aprofundar os estudos sobre as experiências profissionais e intelectuais que contribuíram para sua ação efetiva na cultura sergipana em meados do século XX.

Assim, independentemente de sua formação acadêmica, JAG em sua trajetória tornou-se uma espécie de “baluarte na cultura sergipana” e voltou-se a difundi-la e preservá-la. Sobre esse aspecto de sua trajetória de vida, o historiador e escritor Acrísio Tôrres Araújo (1976, p. 143), afirma: “foi grande a luta de JAG em prol do soerguimento cultural do estado e defesa de seu patrimônio histórico e artístico”. O próprio JAG em seus escritos afirma que

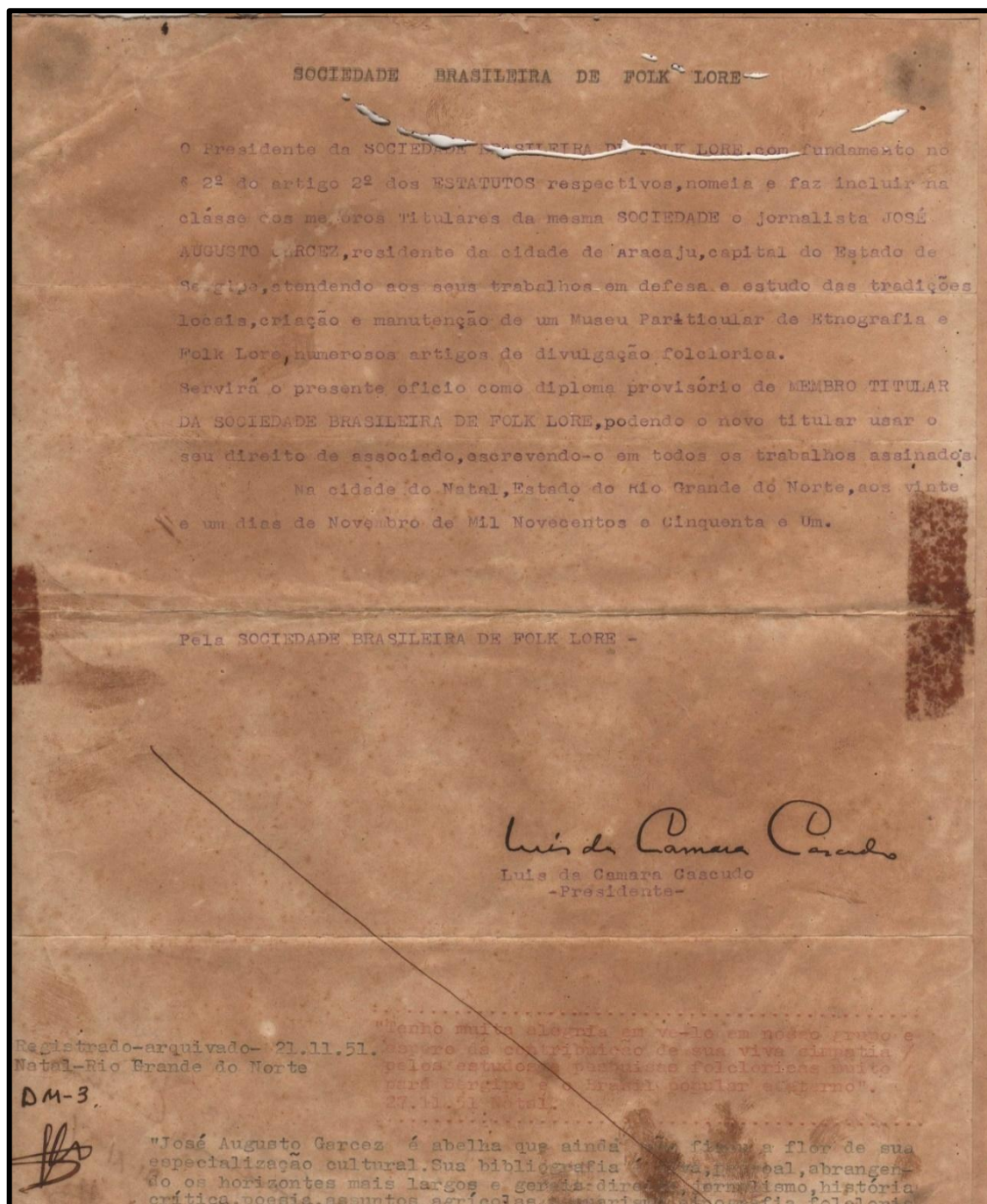
pertenceu a quinze instituições culturais. “Sendo considerado, pioneiro da recuperação cultural do Estado de Sergipe” (MORAIS, 1985, p. 60).

Sobre a participação de Garcez em instituições culturais temos no seu livro, *O Destino da Província* (1954), na parte sobre informações sobre o autor.

Sócio da Associação Brasileira de Imprensa, Associação Sergipana de Imprensa, Ala das Letras e das Artes (BA), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, G. P. de Leitura, A. A. B. B. (Rio), A. B. de Escritores, Sociedade Brasileira de Folklore, Secretário Executivo da Sub Comissão de Folklore do Ibecc, Supervisiona e dirige aos domingos na PRJ-6 o Panorama Cultural Brasileiro, Fundou e dirige o Museu Sergipano de Arte e Tradição e o Movimento Cultural de Sergipe.

A partir do exposto se percebe a influência de JAG no campo letrado. Um homem que fazia questão de fazer parte do mundo das letras, das associações produtoras de conhecimento. JAG fazia parte da nata intelectual brasileira. Mesmo nesse contexto informacional, não se percebe um reconhecimento deste intelectual no cenário sergipano. Logo o presente estudo traz a lume este homem importante para a história do livro e da editoração em Sergipe. Constitui-se num verdadeiro desvendamento. O documento abaixo mostra a associação de JAG na Sociedade Brasileira de Folk Lore, com assinatura do seu então presidente Luís da Câmara Cascudo:





**Foto 4:** Diploma de membro da Sociedade Brasileira de Folk Lore recebido de seu presidente Luís da Câmara Cascudo em 11 de nov. de 1951.

**Fonte:** Acervo Particular de Sílvia Carolina P. Garcez Aragão.

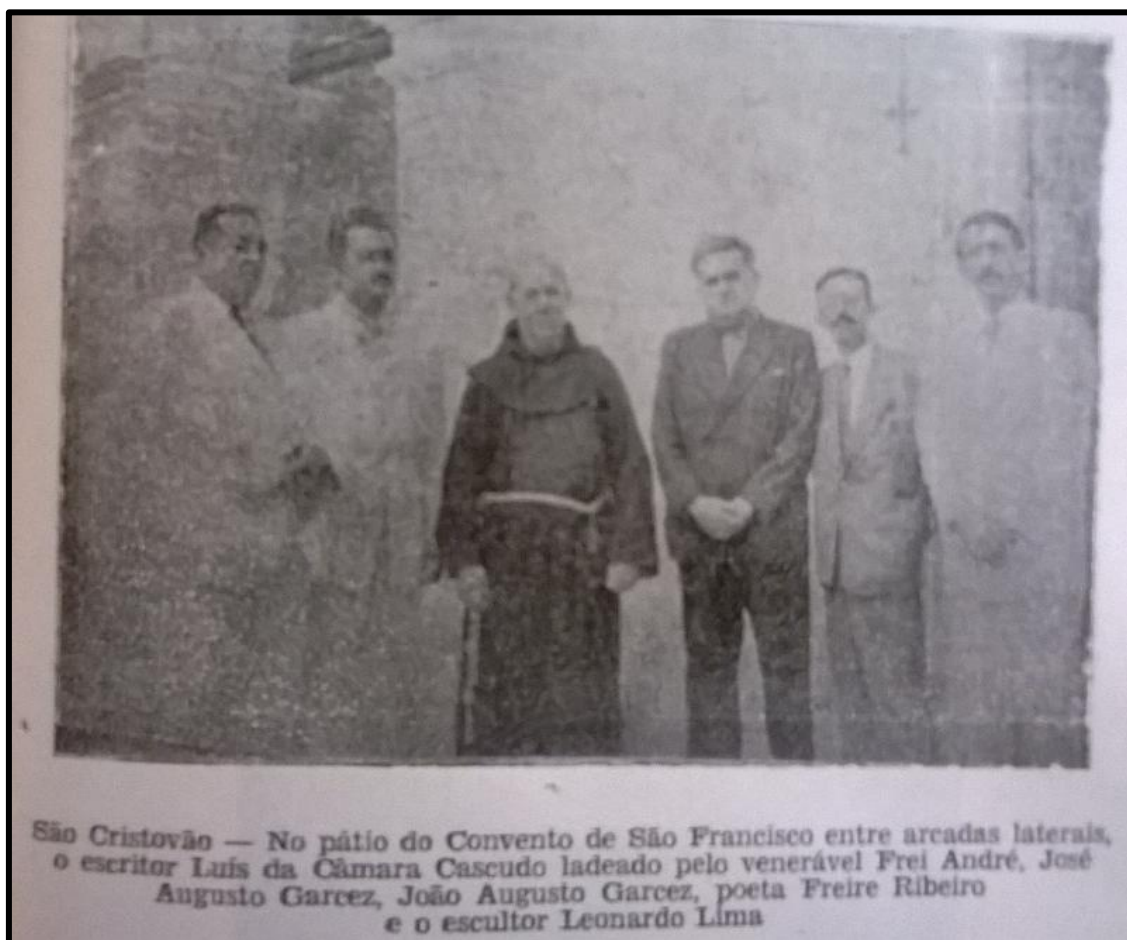
Vê-se que já em meados do século, JAG possui relações em várias instituições culturais locais e nacionais, o que significava experiências fora do estado e novas relações de amizade, a exemplo do editor carioca José Olympio e de Luís da Câmara Cascudo, amigos por décadas. Abaixo registros de uma das visitas deste último a usina Escurial a convite do coronel Sílvio Garcez em 1951 e à antiga capital sergipana São Cristóvão respectivamente.



**Foto 5:** Foto de Luís da Câmara Cascudo e José Augusto Garcez.

**Fonte:** CASCUDO, Luís da Câmara. Em Sergipe del Rey. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1954.





**Foto 6:** Visita de Luís da Câmara Cascudo à São Cristóvão acompanhado por JAG, João Augusto Garcez, Frei André, o poeta Freire Ribeiro e o escultor Leonardo Lima.

**Fonte:** CASCUDO, Luís da Câmara. Em Sergipe del Rey. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1954.

Percebe-se ainda que seus interesses em relação à cultura sergipana eram multidisciplinares. Passa a se dedicar as letras de forma mais efetiva, lançando alguns títulos, ingressa como funcionário do Banco do Brasil (à época um emprego de destaque social, franqueado a um grupo seletivo e de ingresso por indicação nominal), foi o idealizador do Serviço de Pesquisa e Documentação Cultural-Científica, cuja função era resgatar documentos da história sergipana. O referido intelectual foi também o criador da Biblioteca Popular Tobias Barreto, fundador do primeiro museu sergipano, sendo ele na museologia, um precursor no estado.

Dessa forma, no dia 2 de fevereiro de 1948, José Augusto Garcez fundou um Museu particular. Denominou-o de *Museu Sergipano de Arte e Tradição*. Sobre esta instituição, que acabou dando o título a Garcez de precursor da museologia em Sergipe, o professor e intelectual sergipano Florentino Meneses, na obra editada pelo Movimento



Cultural de Sergipe, *Tributo ao Mérito: opiniões sobre vida e obra do sociólogo sergipano*, e gravada pelo Panorama Cultural Luso-Brasileiro da PRJ-6, enfatiza a importância da fundação deste museu:

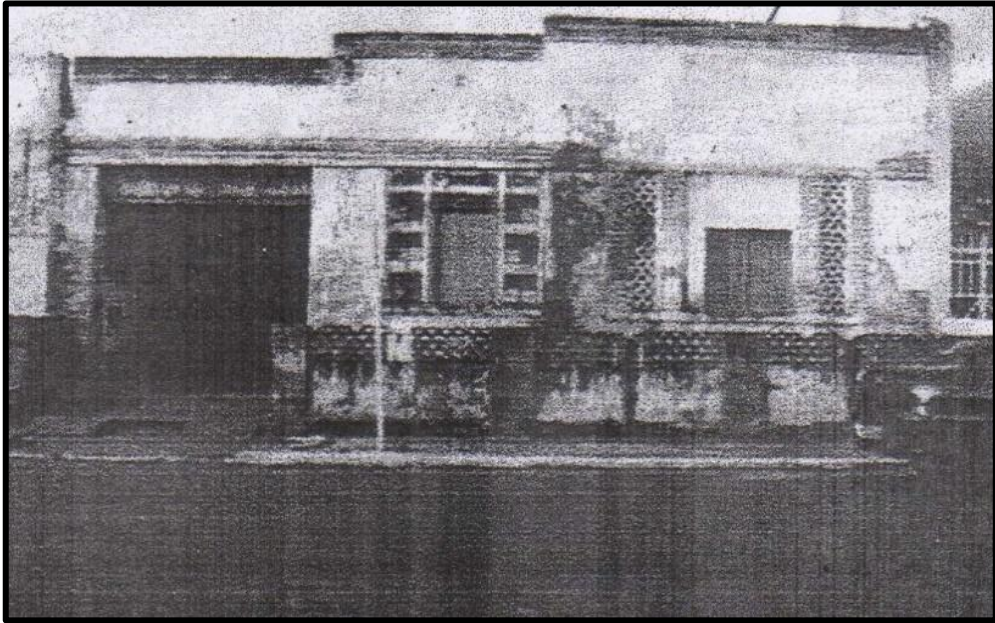
José Augusto Garcez, um amigo dedicado, moço de brilhantismo e elevados dotes intelectuais, que sabe pensar, que medita, que sonha e que labora, pela grandeza cultural de nossa terra, que se esforça até ao sacrifício, para engrandecer o nome de seus patrícios, daqueles que tiveram a felicidade de nascer na bendita e gloriosa terra de Sergipe. Moço que teve o destemor e a iniciativa sublime de fundar um Museu Sergipano de Arte e Tradição, com dedicação e trabalho dignos do reconhecimento e admiração dos seus conterrâneos. Museu que é o único de Sergipe, concorrendo assim, para sanar esta falha de nossa cultura e elevar, ainda mais, o prestígio intelectual do nosso pequeno e glorioso Estado (MENEZES apud GARCEZ, 1953, p.25).

O referido museu era sediado “em Aracaju e na cidade de Itaporanga D’Ajuda<sup>19</sup>”. Segundo as fontes o referido museu era obra das incursões pessoais e de compra de JAG de objetos referentes à cultura sergipana. Nele o intelectual preservou, pesquisou e comunicou o patrimônio salvaguardado em forma de guias e em seus programas radiofônicos. Mesmo funcionando em um espaço inapropriado, o que limitava a expografia<sup>20</sup> e dava um aspecto de grande reserva técnica ou depósito, a instituição cumpriu suas funções museais, conferindo-lhe destaque diante de sua funcionalidade e sendo bastante visitado. Atuando em vários planos da Museologia, Garcez foi da prática à teoria com o seu livro *Realidade e Destino dos Museus*, de 1958, sendo o responsável por uma obra pioneira de análise crítica-comparativa das primeiras instituições museológicas do Estado, pois nos anos seguintes, após sua

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://ensaiosmuseologicos.blogspot.com.br/2009/07/jose-augusto-garcez-precursor-da.html>>. Acesso em 30 set. 2013.

<sup>20</sup> O termo expografia foi proposto em 1993, e se refere a colocação em exposição de tudo aquilo que diz respeito a ambientação. Segundo André Desvallées (veja nos livros sugeridos), ela visa a pesquisa de uma linguagem e de uma expressão fiel para traduzir o programa científico de uma exposição. Então, o profissional responsável pela expografia vai buscar relações formais para expressar o conteúdo proposto pela curadoria. Ou seja, se o curador está falando de determinado assunto, o profissional deve buscar a melhor maneira de traduzir os conceitos deste assunto. Isso pode ser expressado de várias maneiras, entre elas: pelo ambiente criado em uma exposição: a reprodução de uma casa romana por exemplo;- pelas cores das paredes: cada cor traduzindo emoções que remetem ao que é dito na exposição; pela tipografia escolhida: de novo, se estamos falando de Roma, poderíamos utilizar a fonte Trajan, que nos remete as inscrições da base da coluna de Trajano; pela proporção entre os elementos: se falarmos do Renascimento, porque não utilizar a proporção áurea para construção dos displays?; pela cenografia: a dramaticidade de uma iluminação pode nos remeter a morte como acontece, por exemplo, na imagem abaixo no Museu do Holocausto, no qual se coloca uma parede repleta de fotos (CURY, 2012, p.1).

iniciativa foram inaugurados o Museu de História e Arte Popular, em 1959, e o Museu de Sergipe.



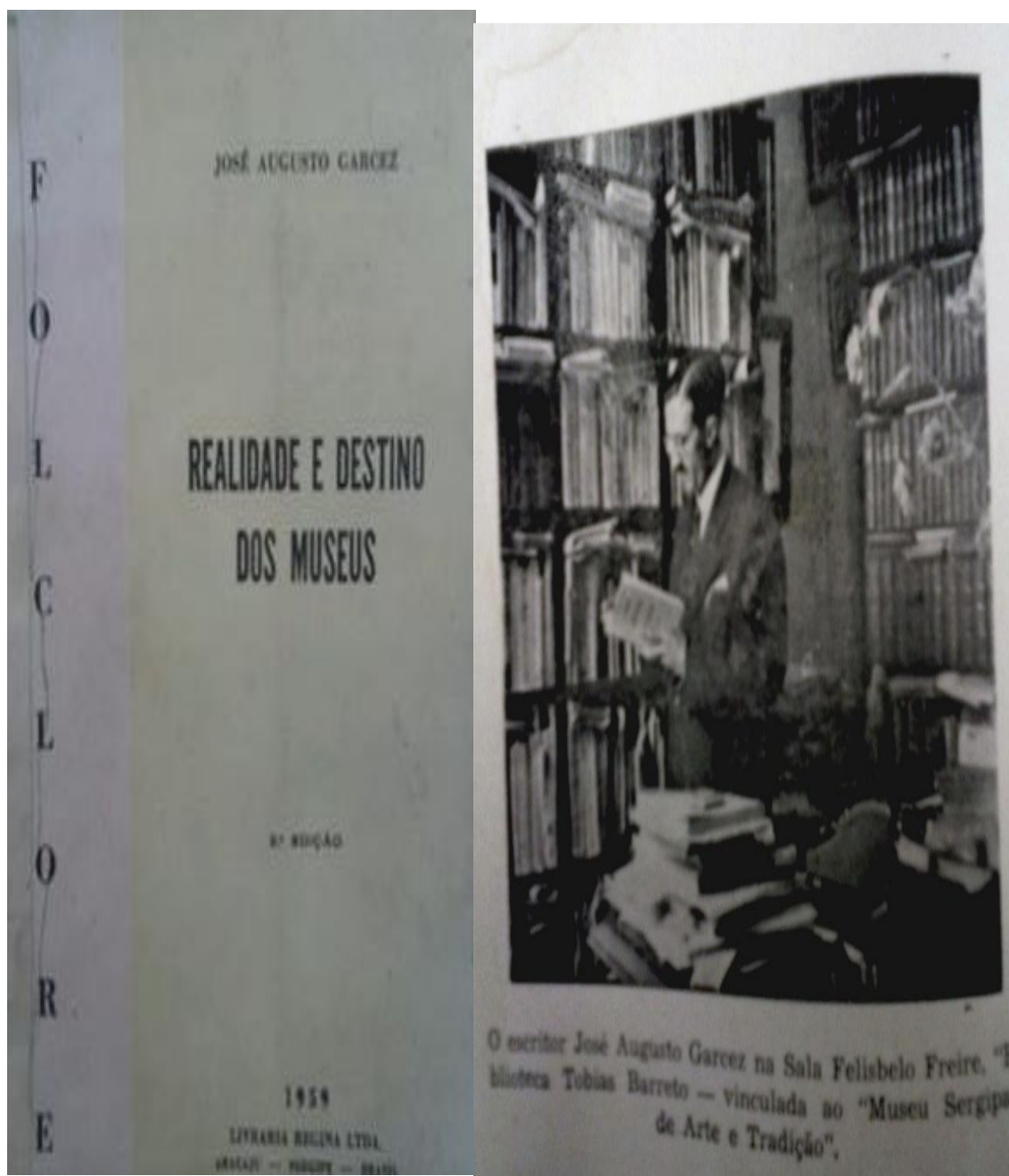
**Foto 7:** Sede do Museu de Arte e Tradição, localizado no município de Itaporanga D'ajuda/SE.

**Fonte:** SANTOS, Cláudio de Jesus. **Era uma casa era um museu:** a formação do pensamento museológico social sergipano em José Augusto Garcez (1948-1992). Aracaju, 2011.



**Foto 8:** Antiga sede do Museu de Arte e Tradição, localizada na Rua Estância-AJU-SE.

**Fonte:** Acervo particular do pesquisador.



**Fotos 9/10:** Capa do livro Realidade e Destino dos Museus e JAG na Biblioteca Tobias Barreto.  
**Fonte:** GARCEZ, José Augusto. **Realidade e Destino dos Museus**. Aracaju-SE: Livraria Regina LTDA, 1959.

Em 1976, durante a administração estadual do Dr. José Rollemberg Leite, seu parente próximo, grande parte da coleção do Museu Sergipano de Arte e Tradição foi vendida por JAG ao governo do estado. Seu acervo foi distribuído para o Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, para o Museu Afro-brasileiro de Sergipe, em Laranjeiras e para o Arquivo Público do Estado de Sergipe, em Aracaju (SANTOS, 2009).

Outra atividade que passou a ser exercida por JAG foi o radialismo em 1950. Contudo, se constituía um radialismo cultural, voltado às letras e à difusão de obras literárias,

discursos de personalidades e intelectuais do estado. Nele, iniciou suas publicações. Idealizou um programa denominado *Panorama Cultural da PRJ-6*. Nele eram gravadas obras de autores consagrados, bem como de novatos que se arriscavam no mundo das letras. Segundo o estudioso Acrísio Tôrres, um seu contemporâneo, a partir desse programa, JAG tornou-se “o precursor da introdução, no país, da poesia e prosa faladas” (TÔRRES, 1976, p.143).

O índice da obra, *Sonho e Realidade*, de José Maria Fontes (1955) informa que o poema, “Falando a alguém que vai morrer”, foi gravado em disco para o programa radiofônico “Panorama Cultural Luso-Brasileiro”, dirigido por JAG. De acordo com Luiz Antônio Barreto (1992, p. 206), muitos intelectuais:

[...] escreveram seus trabalhos especialmente para a leitura no programa de rádio de José Augusto Garcez. Outros experimentaram, nos tipos móveis da Livraria Regina, a leitura clássica dos livros, que se tornaram em obras essenciais ao evoluir literário de Sergipe.

Finalmente em 1953, JAG vai fundar o Movimento Cultural de Sergipe, que tinha sua sede à Avenida Barão de Maruim, 629, na cidade de Aracaju. Sobre a intenção, finalidades e abrangência do referido movimento foi divulgado na imprensa sergipana

[...] com o elevado intuito de desenvolver a cultura em terras sergipana e mesmo em todo nordeste, o escritor José Augusto Garcez, criou o Movimento Cultural de Sergipe, o qual é um admirável complemento de outras louváveis iniciativas suas, tais como o Museu Sergipano e o Panorama Cultural da PRJ-6. É uma de suas finalidades, divulgar obras e auxiliar intelectuais pobres, dando margem, de tal modo, que inúmeros talentos que jazem na obscuridade, por faltar-lhes o amparo preciso, expandam as luzes dos seus espíritos, cooperando para maior riqueza da intelectualidade pátria (DIÁRIO DE SERGIPE, Ano V. nº 2581, 3 fev. 1954).

Através do Movimento Cultural de Sergipe, JAG publicou dezenas de obras de diferentes autores. E foi referenciado por diversos intelectuais nacionais e internacionais. Segundo Moraes (1985, p. 60), José Augusto Garcez é “o imortal da Academia Sergipana de Letras, que publicou mais de quarenta obras, sendo portador da medalha de Mérito Cultural de Sergipe Inácio Joaquim Barbosa”.

Em uma das suas obras, *Mensagem Renovada: Idéias e Ação* de 1975, tem-se a informação que José Augusto Garcez entrou para Academia Sergipana de Letras em 15 de novembro de 1972, ocupando a cadeira de número 22 do seu antecessor João Passos Cabral. Em seu discurso JAG intitulou-se [...] “humilde operário das letras” [...] e presta homenagem

ao seu antecessor João Passos Cabral (poeta e crítico, professor, conferencista, jornalista, bacharel em ciências jurídicas e sociais). Como seu patrono, a escolha recaiu sobre seu tio, Martinho Cesar da Silveira Garcez (advogado, professor, jornalista e político exercendo o mandato de deputado provincial (1874-1875), a presidência do Estado de Sergipe de 1896 a 1898 e tornando-se senador de 1900 a 1909. Como relator de seu parecer para ingresso na Academia Sergipana de Letras foi escolhido João Batista Perez Garcia Moreno. Este imortal sergipano foi também membro da Academia Sergipana de Medicina, professor do Colégio Atheneu e posteriormente nas Faculdades de Medicina e Direito de Sergipe, presidente do IHGS e Reitor da Universidade Federal de Sergipe. Em um dos excertos acerca de JAG afirma:

Os que vivem em Sergipe, atentos às manifestações de sua atividade cultural, enxergam no Sr. José Augusto Garcez uma personalidade marcada pelos traços de muitos valores". "trata-se de um trabalhador incansável de diversas áreas da cultura sergipana: poesia, ensaios, história, biografia". "Suas publicações estão à altura do melhor que se faz nesta província". [...] O Movimento Cultural de Sergipe que êle criou e mantém, como um extraordinário esforço de revelação e projeção de figuras definitivas da literatura provinciana [...] O Destino da Província, Ensaios, Holandeses em Sergipe, Invasão das Estrelas, Tributo ao Mérito, Interior da Cidade Subterrânea, Canudos Submerso, Aurora e Sangue, Realidade e Destino dos Museus, Minha Luta pela Sobrevivência da Cultura em Sergipe Del Rey, Mensagens, Luís da Câmara Cascudo e João Ribeiro, valém nítidos sinais de demarcação, fincados pelo candidato, no território da literatura sergipana[...] O sr. JAG traz a aptidão que se deseja para ser inscrito candidato ao preenchimento da cadeira nº 22, da A.S.L. Aju (SE), 3 de ago. 1969. João Batista Perez Garcia Moreno – Relator; Acadêmicos - José Sebrão de Carvalho, Sobrinho e João Freire Ribeiro.

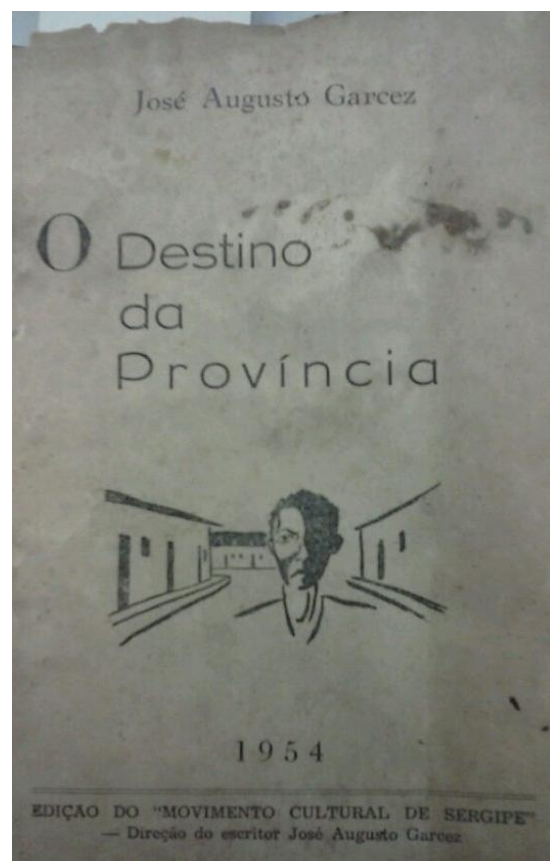
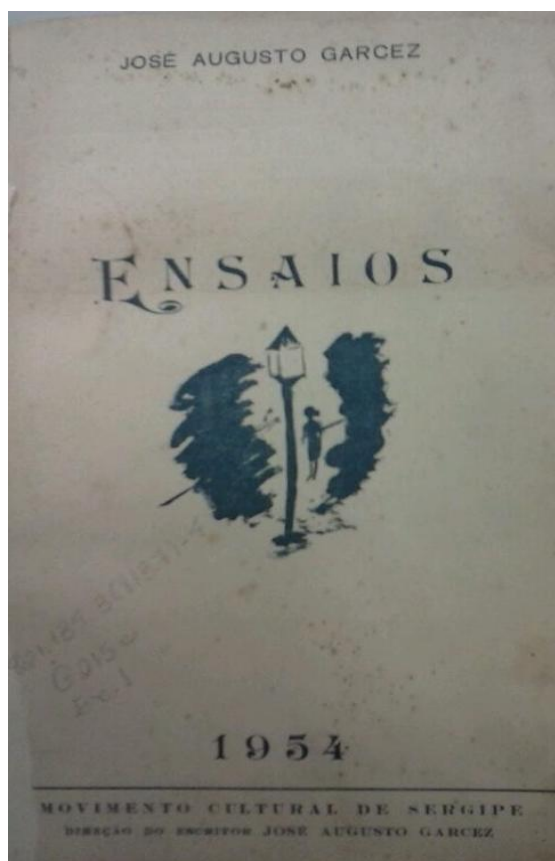


**Foto 11:** Discurso de posse de JAG ao ser aceito para ocupar a cadeira nº 22 da Academia Sergipana de Letras.

**Fonte:** Acervo particular de Sílvia Carolina P. Garcez Aragão.

As suas obras mostram a interdisciplinaridade. O autor passeia com tranquilidade na história, sociologia, museologia, letras, zootecnia, direito, etc. Além das obras já citadas no texto pode-se destacar Filosofia do Direito, Prolegômenos à Ciência Zootécnica, Sociologia Contemporânea, Direito Internacional, Tradições de Fim de Ano, Fundação do Direito no Campo da Democracia, Influência do Museu na Educação do Povo, Desejo Morto.





**Fotos 12/13:** Obras de JAG editadas pelo Movimento Cultural de Sergipe.

**Fonte:** Biblioteca Central da UFS-SE (Documentação sergipana).

Em conclusão, como afirmou Barreto (1992, p. 206), “não se poderá escrever uma história contemporânea da vida cultural sergipana sem colocar, num destaque justo, o Movimento Cultural de Sergipe, com seu fundador e divulgador” [...]. José Augusto Garcez faleceu em 12 de janeiro de 1992, aos 74 anos de idade. Mas através da sua obra tornou-se imortal. Escritor, editor, museólogo, historiador, jornalista, ensaísta, pesquisador, dentre tantas outras atribuições, foi o maior representante da cultura letrada de Sergipe entre os anos de 1950 a 1960. Este personagem faz parte também da história da imprensa em Sergipe. Foi o maior editor do seu tempo. Um difusor do livro a nível local, nacional e internacional. Fato comprovado através do Movimento Cultural de Sergipe. Ainda segundo Barreto, entre seus pares e políticos, foi um verdadeiro mecenas das letras em Sergipe. Como afirma Antônio Carlos Villaça (2001, p. 38), que o maior editor do Brasil, José Olympio, “confunde-se com a própria atividade cultural do Brasil”; pode-se afirmar que José Augusto Garcez confunde-se com a atividade cultural de Sergipe entre os anos de 1950 e 1960. Referente à atribuição de mecenas, que foi construída socialmente via Movimento Cultural de Sergipe têm-se a publicação do jornal carioca A Noite estampada no Diário de Sergipe:

[...] A obra em apreço, escrita à maneira de reportagem, que se lê com crescente interesse, foi editada pelo Movimento Cultural de Sergipe, dirigido pelo escritor José Augusto Garcez - um novo Mecenaz, que muito está fazendo a prol da cultura do seu estado [...] (DIÁRIO DE SERGIPE, Ano v. nº 2583, 9 fev. 1954).

## 4 O MOVIMENTO CULTURAL DE SERGIPE (MCS)

### 4.1 Introdução

Os anos de 1950 foram decisivos para a consolidação de JAG como intelectual e fomentador da cultura local. E para isso contribuíram diretamente dois fatos ocorridos no início dessa década. Em primeiro lugar, torna-se governador do estado de Sergipe, o Sr. Arnaldo Rollemberg Garcez<sup>21</sup> (1911-2010) que tinha como mentor político, o pai de JAG, o coronel Sílvio Garcez. Este foi o responsável pela inserção do sobrinho na vida pública, que rapidamente destacou-se no estado. Foi deputado estadual, membro da Constituinte Estadual de 1922 e ganhou notoriedade.

Ainda sob a batuta do tio coronel e de suas alianças, sobretudo dentre os latifundiários sergipanos, concorreu pela coligação PDS-PR e venceu o candidato Leandro Maciel nas eleições de 1950. Em seu governo, de forma peculiar, uniu políticos e intelectuais de renome, como: Amando Fontes (intelectual sergipano, escritor, deputado estadual e federal e advogado do governador), Manuel Ribeiro (pai do escritor João Ubaldo Ribeiro), José Silvério Fontes (historiador e intelectual de vasta produção, diretor do IHGS, dentre outras ocupações na cultura do estado), Maria Thétis Nunes (primeira intelectual feminina de renome em Sergipe, primeira professora mulher do Colégio Atheneu e posteriormente, sua diretora, professora titular de história da UFS, referência sergipana em História da Educação em Sergipe), JAG (intelectual, primo e cunhado do governador). Em sua gestão, Arnaldo Garcez também se destacou pelos empreendimentos realizados: construiu o novo prédio do

---

<sup>21</sup> Arnaldo Rollemberg Garcez, filho de João Sobral Garcez e de Alzira Barreto Garcez (o nome da família materna era Barreto, mas ganhou o Rollemberg por conta de ter sido amparado, em sua criação, por Adolfo de Faro Rollemberg, do Engenho Escurial), nasceu em Itaporanga (SE) em 19 de janeiro de 1911. Viveu infância típica de menino de engenho, recebendo as primeiras lições da professora Técia Rios, que dava aulas na fazenda Camaçari, completando o curso primário no Grêmio Escolar, de Aracaju (na praça Olímpio Campos, local onde mais tarde foi instalado o Colégio Jackson de Figueiredo), dirigido pelo professor e magistrado Evagelino de Faro, onde também cursou humanidades, fazendo exames completares no Ateneu (BARRETO, 2006).



Instituto de Educação Rui Barbosa (Escola Normal), o Auditório do Atheneu (hoje Teatro Atheneu), o Conjunto Agamenom Magalhães, o Parque de Exposições João Cleofas (BARRETO, 2006).



**Foto 14:** Arnaldo Rollemberg Garcez.

**Fonte:** [www.casacivil.se.gov.br](http://www.casacivil.se.gov.br)

O segundo fato marcante, seria o falecimento do coronel Sílvio Sobral Garcez em 1951 aos 75 anos, por motivo de derrame cerebral, fato de grande repercussão no estado. O Diário de Sergipe (1954) estampava em sua capa o seguinte título: “Expressivas homenagens a um saudoso homem público: Itaporanga chora a perda do seu bem feitor”. Tal fato, de grande repercussão no estado de Sergipe, foi também responsável pela divisão dos bens do referido coronel entre seus descendentes. A partir desse momento, JAG obtém recursos extras para investir em uma nova empreitada. O Movimento Cultural de Sergipe começa a ser gestado. Foi seu parceiro direto nessa empreitada, o imortal poeta sergipano de maior publicação de todos os tempos, membro da Associação Sergipana de Imprensa e da Academia Paulista de Letras, memória viva desse momento, Santos Souza<sup>22</sup> (1919-). Embora de origens

---

<sup>22</sup> José dos Santos Souza nasceu em 27 de janeiro de 1919 no município de Riachuelo no Estado de Sergipe. Filho da arrumadeira, Dona Hermínia “Filhinha”, uma mãe solteira e descendente de escravos, que deu a luz a ele na casa dos patrões. Com seis anos de idade, Santo Souza começou a

sociais bem diversas e com caminhos completamente opostos, uniram-se em torno do que viria a se configurar como Movimento Cultural de Sergipe (M.C.S.).

#### 4.2 O Movimento Cultural de Sergipe: criação, repercussão e publicações.



**Foto 15:** Marca tipográfica da editora MCS impressa em todas as suas obras.

**Fonte:** O Destino da Província, 1954.

O Movimento Cultural de Sergipe se efetiva em 1953. Segundo informação contida na obra *Realidade e Destino dos Museus* de 1959, a editora *Movimento Cultural de Sergipe* foi fundada por José Augusto Garcez em 1953, sendo este, como anteriormente aventado, o mesmo que introduziu no estado a poesia falada e a literatura gravada através do seu programa na antiga Rádio Difusora de Aracaju, antiga PRJ6<sup>23</sup>, que funcionava na Rua

---

trabalhar na área de farmácia. Estudou até a 3ª série, se tornando um autodidata com um vasto conhecimento em: aritmética, história, psicologia, esoterismo, línguas como latim, hebraico, grego, etc, procurando estudar sobre tudo. É considerado um dos maiores poetas do Estado de Sergipe e do país e suas influências literárias se concretizaram através da descoberta sobre a cultura de vários países, principalmente, a Grécia. O poeta foi amigo de importantes poetas brasileiros como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. É membro da Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira de número 03, cujo patrono é Fausto de Aguiar Cardoso, e o fundador é Cleômedes Campos de Oliveira. Foi também membro efetivo da Associação Sergipana de Imprensa, e Membro Correspondente da Academia Paulista de Letras

<sup>23</sup> Efetivamente, a radiodifusão chegou a capital sergipana, em 07 de fevereiro de 1939, com a Rádio Difusora AM, fundada pelo então interventor federal Eronildes de Carvalho, através do Decreto-Lei nº 171, publicado no Diário Oficial da União, que criava o Departamento de Divulgação do Estado de Sergipe e, conseqüentemente, a Rádio Difusora de Sergipe. Embora sua concepção tenha partido da iniciativa privada que comprou os equipamentos, mas não conseguiu o dinheiro para pagá-los. Coube ao Governo do Estado pagar por eles, fundando a rádio oficial do Estado cujos estúdios ficavam na Rua Maranhão, sendo depois transferidos para o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (SANTANA, 2012).

José do Prado Franco, centro de Aracaju. Segundo o jornalista Theotônio Neto (2009), a extinta “Rádio Difusora, hoje conhecida como Aperipê, foi fundada nos fundos do Palácio do Governo e tinha como objetivo divulgar as notícias oficiais do governo e organizar programas culturais”.

No ano de fundação do Movimento Cultural de Sergipe, que recebeu incentivo direto do estado, através do uso da rádio emissora oficial do estado e da gravação dos discos (à época bastante dispendiosa), era governador local, como visto anteriormente seu primo e cunhado o senhor Arnaldo Rollemberg Garcez. Reforça-se tal colocação, pois, não obstante o trabalho de divulgação e fomento da cultura sergipana que JAG encabeçava desde os anos de 1940 em diversas áreas, é importante perceber que ele dispunha de recursos de inserção em diversos setores da sociedade, a saber: político, proprietário, intelectual e econômico do estado que lhe favoreciam em suas empreitadas, além de por estes grupos ser socialmente reconhecido como um notável das letras sergipanas.

Dessa forma surge o Movimento Cultural de Sergipe, que possuía um perfil moderno e diversificado. Consistia em uma editora, um programa radiofônico e a publicidade das tipografias e livrarias da cidade, suas patrocinadoras e também algumas delas, impressora das obras publicadas pelo MCS. Segundo o próprio Garcez em sua obra, *Tributo ao Mérito: opiniões sobre vida e obra do sociólogo sergipano professor Florentino Meneses*, os objetivos da editora MCS (Movimento Cultural de Sergipe), eram tão somente “editar e divulgar obras de intelectuais pobres”, ou seja, resumia todo o movimento a uma benesse cultural promovida pelo movimento que ele encabeçava. Mas concluía, também estavam voltados para a publicação de obras literárias, de ficção, históricas e sociológicas dos intelectuais sergipanos das décadas de 1950 e 1960.

Morais (1985, p. 60), comunga da mesma informação quando se referindo a José Augusto Garcez diz: “tendo em 1953 fundado o MCS que já publicou 40 livros de diferentes autores e temas”. Em Araújo (1976, p. 143), a data de fundação da referida editora aparece em desacordo com as demais. Segundo o autor, José Augusto Garcez era um “notável jornalista, tem sido grande a sua colaboração na imprensa. Poeta, ensaísta, folclorista, foi o fundador do MCS, em 1955,”. Contudo, a maior parte das evidências (jornais, cartas, livros) além de corroborar com a informação de que a editora Movimento Cultural de Sergipe tenha surgido em 1953, também destacam a grande produtividade da editora em seus primeiros momentos. Assim se percebe em um trecho da matéria publicada pelo Jornal Diário de Sergipe em 1954:

[...] o Movimento Cultural de Sergipe já lançou no mercado nada menos de 6 livros sucessivos de novembro de 1953 até janeiro de 1954. Quatro livros custeados pelo próprio Movimento, 2 custeados pelo autor, porém sob o nome do “Movimento” (DIÁRIO DE SERGIPE, 1954. ano V. nº. 2589).

Percebe-se a partir da citação acima, que o Movimento Cultural de Sergipe começou a sua atividade editorial em novembro de 1953 e em apenas três meses já tinha editado seis (6) livros, destes, dois (2) foram custeados pelo editor José Augusto Garcez que fazia questão de enfatizar, como editora responsável, o Movimento Cultural de Sergipe. Desta maneira ele dava identidade à instituição editorial como seu principal responsável, além de construir sua imagem simbólica pessoal.

Para que se possa entender, a importância do movimento iniciado por JAG vale a pena trazer à tona o contexto intelectual da capital sergipana no início dos anos de 1950. Tal matéria publicada no jornal Correio de Aracaju aponta a vida intelectual dos sergipanos, dois anos antes da fundação do Movimento Cultural de Sergipe. O marasmo cultural era evidenciado. Este momento não honrava a imagem de Sergipe pelos seus grandes escritores do passado. Conforme trechos da publicação,

[...] outrora [...] havia literatura, nos jornais, nas tertúlias, nos cafés, nos bancos de jardim. Tiravam-se boas revistas. Promovia-se concursos. Escrevia-se. Lia-se. Discutia-se. [...] Os nomes protetores da nossa cultura, Tobias, Sílvio, Fausto, Gumerindo, e os que mais recente se lhes juntaram, como Hermes, Clodomir, Graco, Costa Filho, Artur Fortes, Abdias, e outros, se onde se acham “memória dessa vida se consente”, devem sentir-se desamparados com a pasmeira intelectual em que vivemos. [...] Reajamos. Deperecer é desaparecer do mapa. E já somos tão pequenos... (CORREIO DE ARACAJU, 29 out. 1951).

A documentação consultada (jornais, livros, cartas), apontam o Movimento Cultural de Sergipe como uma instituição que veio resgatar e movimentar a produção escrita de Sergipe na segunda metade do século XX. Uma matéria da revista *Única* de Salvador, estampada no jornal *Diário de Sergipe*, enfoca e parabeniza José Augusto Garcez pelas finalidades do Movimento Cultural de Sergipe, que era “divulgar obras e auxiliar intelectuais pobres [...] cooperando para maior riqueza da intelectualidade pátria” (DIÁRIO DE SERGIPE, 1954. Ano V. Nº 2581).

No ano de fundação do Movimento Cultural de Sergipe (1953) o jornalista Zózimo Lima<sup>24</sup> expressou em entrevista ao jornal “A Noite” do Rio de Janeiro e publicada no

<sup>24</sup> Zozimo Lima (1889 - 1974), natural de Capela (SE), trabalhou por mais de 40 anos no serviço público federal. Mas, na verdade, jamais abandonou o exercício do jornalismo. Seus contos e

Correio de Aracaju, do que ele considerou chamar “surto de intelectualismo”. Neste contexto, ele cita os jornais produzindo diariamente em Aracaju, a Academia Sergipana de Letras “realizando cessões bimensais” e a liderança de José Augusto Garcez a frente do Movimento Cultural de Sergipe “divulgando os valores intelectuais e artísticos de Sergipe de ontem e de hoje” (CORREIO DE ARACAJU, 1953, ano XLVI. Nº 4842).

#### 4.3 Programa Radiofônico Panorama Cultural Luso-Brasileiro



**Foto 16:** José Augusto Garcez na antiga Rádio Difusora PRJ- 6- Programa Cultural Luso-Brasileiro.  
**Fonte:** Tributo ao Mérito (1953).

A década de 1930, embalados pelo desenvolvimentismo de Vargas e no caminho do sucesso das emissoras de rádio do sul do país, Aracaju recebeu a primeira rádio do Estado, a PRJ6 Rádio Difusora de Sergipe (atual rádio Aperipê de Sergipe ZYD-2). Em 07 de fevereiro de 1939, com uma programação de músicas ao vivo (tangos, sambas, maracatus, valsas, fados, rumbas, afoxés, frevos, marchas, choros e canções orfeônicas) e com a presença do grande seresteiro do Brasil Silvío Caldas, acompanhado do Regional de Carnera e Miguel Alves. Assim, inaugurou-se com muita pompa a rádio estatal do estado de Sergipe. No terreno da música clássica destacava-se pelo professor e maestro Genaro Pleche (que, em 28 de

---

*crônicas foram publicados em jornais como o "Correio Paulistano", "A Tribuna" de Santos (SP), "Diário de Notícias" e "O Imparcial", de Salvador (BA), e no "Correio de Aracaju" e na "Gazeta de Sergipe". Escreveu para a Associação Sergipana de Imprensa e para a Academia Sergipana de Letras (NOGUEIRA JÚNIOR, 2014).*

novembro de 1945, fundou o Conservatório de Música de Sergipe, onde iniciou suas atividades sob o nome de Instituto Orfeônico de Sergipe) e o Maestro Leozírio Guimarães.

Tínhamos de tudo que a Rádio Mayrink Veiga e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro nos forneciam através das ondas e hertz [...] Tínhamos até dupla de humoristas cantores: Policarpo e Pelourinho, cuja característica musical dizia “Cantam no Rio de Janeiro, Alvarenga mais Ranchinho e aqui na Aperipê, Policarpo e Pelourinho”. (MELLO, 2009).

Nos anos de 1950 a Rádio Difusora já se encontrava melhor estruturada e foi ela que deu suporte a um dos desdobramentos do Movimento Cultural de Sergipe, o Programa Panorama Cultural Luso-Brasileiro. Foi idealizado por JAG, que à época, já trafegava com desenvoltura pela imprensa sergipana escrita e radiofônica em Aracaju. Era apresentado semanalmente aos domingos e serviu como “instrumento” para divulgação das obras e autores editados pelo Movimento Cultural de Sergipe. Agradecendo a homenagem feita a ele, o intelectual Florentino Teles de Meneses, em pleno programa, diz: “E como poderia recusar o convite, se ele veio de um amigo, dedicado e sincero que deseja gravar, para sempre, o meu apagado nome, na história luminosa do meu Estado?!” (GARCEZ, 1953, p. 26).

Diante do exposto, se percebe a influência do escritor-editor José Augusto Garcez. O mesmo tinha acesso a um grande meio de comunicação e difusão, a Rádio Difusora. De acordo com a afirmativa do jornalista Mauro Carmo em publicação no Diário de Sergipe diz: “José Augusto Garcez é corpo e alma desse movimento. Na verdade não está sozinho. Já dissemos que ao seu lado se encontra a nata da intelectualidade sergipana numa cooperação irrestrita e inestimável” (DIÁRIO DE SERGIPE, 1954, Ano V. Nº 2596). Tal afirmação é importante, e cabe um estudo mais aprofundado. Teria JAG conseguido montar uma rede de sociabilidade em torno de si e de seu Movimento Cultural?

Embora não se possua provas cabais, percebe-se que essa relação intrínseca entre JAG e os intelectuais sergipanos que também trafegavam na esfera do poder político sergipano, era proveitosa para ambos os lados. JAG se firmava como um grande intelectual e homem de ação em relação à cultura e memória sergipanas, ou seja, construía sua imagem simbólica de erudito e mecenas. Já os intelectuais em tempos bem mais complicados que os atuais, encontravam na editora de JAG e nas tipografias locais, instrumentos para dar vazão a sua produção pessoal, difundir e comercializar sua obra e, sobretudo, firmarem-se no universo cultural sergipano.

A referida matéria informa também que o Movimento Cultural de Sergipe “não se tratava de uma organização com finalidade exclusivamente comercial” e acrescenta que a

Rádio Difusora, como rádio estatal, “se associa a este movimento”. Conforme exposto na obra “Tributo ao Mérito” (1953, p.9), editada pelo Movimento Cultural de Sergipe, a mesma foi apoiada inicialmente “pelas prefeituras e pelos espíritos patrióticos e cristãos”. Porém, a documentação consultada (jornais, livros, cartas) mostram que no percurso de produção da editora (MCS), José Augusto Garcez utilizou-se de inúmeras estratégias para se consolidar como mecenas das letras em Sergipe utilizando seus contatos políticos e parte dos seus recursos para financiar a publicação e manter a editora do Movimento Cultural, como já exposto anteriormente.

#### 4.4 Os mecenas

Para conseguir administrar um movimento custoso como uma editora José Augusto Garcez deveria possuir um considerável poder econômico. As pesquisas feitas sobre a estrutura familiar de Garcez mostram, como já aventado, que o mesmo era proveniente de uma família de donos de engenhos, o Coronel Sílvio Sobral Garcez, seu pai, era dono do engenho São Carlos em Itaporanga D’ajuda, e da Usina Escurial. Todavia, JAG possuía outras ocupações e um emprego sólido como funcionário federal. Além dessa atividade foi escritor, museólogo, colecionador, editor, imortal da Academia Sergipana de Letras. Contudo, optou pela vida nas letras e pela profissão de editor a serviço da intelectualidade local, sua e de seus pares, bem como, dos autores “pobres” que não tinham condições de publicar seus escritos devido aos custos da editoração.

Epifânio Dória<sup>25</sup>, membro da elite letrada e proprietária sergipana, intelectual, burocrata e bibliotecário, em um matéria no jornal Diário de Sergipe, se refere a esta opção de Garcez pelo mundo dos livros contrariando a vontade dos seus pais,

“Os seus dignos e dedicados pais, vindos do velho ciclo dos engenhos de açúcar haviam de querê-lo mais preparado para as atividades agrícolas, rendosas, promissoras e práticas, que aventurando uma carreira de resultados então duvidosos” (DIÁRIO DE SERGIPE, Aracaju, 1954. Ano V).

---

<sup>25</sup> Epifânio Dória nascido em 7 de abril de 1884 na fazenda Barro Caído, em Campos (hoje Tobias Barreto/SE). Pais: o capitão da Guarda Nacional José Narciso Chaves de Menezes e D. Josefa da Fonseca Dória de Meneses. Bibliotecário por muitos anos da Biblioteca do Estado. Secretário Geral do Governo Eronildes de Carvalho, exerceu os cargos de Secretário de Justiça, Fazenda e Agricultura, até 1941. Presidente e secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e autor das Efemérides Sergipanas, dentre outros (FONTES, 1992, p. 23-26).

Pode-se considerar José Augusto Garcez um verdadeiro arquiteto das letras em terras tupiniquins. Para dar uma melhor visibilidade à editora Movimento Cultural de Sergipe (MCS), ele reservava uma parte nos livros editados correspondente às opiniões dos autores de renome sobre ele e o seu movimento, numa espécie auto divulgação de seu nome e dos empreendimentos por ele encabeçados.

Na obra “O Destino da Província” (1954), de autoria de JAG, a Gazeta de Alagoas (30 dez. 1953, IX) opina sobre ele enfatizando a sua origem proprietária:

[...] “homem de projeção nos domínios agro-pecuários, um nome firmado e acatado nos meios industriais e bancários [...] traz o nome duma das famílias mais tradicionais desta região [...] admira ver todas essas atividades na pessoa dum homem [...] ligado à agro-indústria e conceituado no mundo das finanças.

A partir do exposto, consolida-se a ideia que José Augusto Garcez era portador de um “status” econômico, social e político. Estes lhes possibilitaram produzir e difundir a cultura livresca no estado, contribuindo para tirar do anonimato alguns talentos das letras sergipanas e construir também a sua imagem como um intelectual em meio às disputas simbólicas do poder intelectual local. O ambiente em que José Augusto Garcez vivia contribuiu para concretizar a editora do Movimento Cultural de Sergipe.

#### **4.5 A Editora do Movimento Cultural de Sergipe**

Dentre as obras por ele produzidas em diversas áreas do conhecimento, pode-se destacar na literatura, os seus livros de cunho poético; na história, obras sobre Sergipe colonial, estudando a presença holandesa em Sergipe; museologia, inaugurando um museu particular de peças adquiridas fora e dentro do estado e que representavam a cultura sergipana, e suas raízes. Também inaugura os estudos acerca da museologia em Sergipe, uma vez que lança um trabalho na área; cria o Serviço de Pesquisa e Documentação Cultural-Científica, no qual deixou a disposição dos historiadores e pesquisadores uma quantidade considerável de documentos diversos sobre a história de Sergipe, documentos estes que estão no Arquivo Público do Estado (APES). Contribui na área da Biblioteconomia com a fundação da Biblioteca Tobias Barreto.

Contudo, ao se buscar as fontes, percebe-se que essas obras, embora tendo o emblema da editora do Movimento Cultural, eram produzidas por tipografias terceirizadas. Sobre essas tipografias que produziram os livros editados pelo Movimento Cultural de



Sergipe ainda pairam algumas lacunas, que necessitam de maior investigação. Todavia, se tem indícios. Um desses aparece na obra *Tributo ao Mérito*. Nela é indicado em suas primeiras páginas que o livro foi impresso no Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Industrial de Aracaju sob a supervisão técnica do professor Manuel Messias Santos<sup>26</sup>.



**Foto 17:** Escola Industrial de Sergipe, 1947.

**Fonte:** ~~Fonte:~~ [www.ifes-se.br](http://www.ifes-se.br)

Um outro lugar de feitura dos livros do Movimento Cultural de Sergipe foi a famosa Livraria Regina, localizada a Rua João Pessoa. Segundo Barreto (1992, p. 206),

<sup>26</sup> Manoel Messias Vasconcelos nasceu a 18 de outubro de 1929, na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE. Seus pais: Sabino Vasconcelos Santos e Maria da Conceição Cruz Vasconcelos. Inicia os estudos com sua querida mãe e dá continuidade no terceiro ano primário na Escola Pública Padre Antônio Carmelo, na divisa bairro Vermelho/Matadouro. Faz o quarto ano primário no Grupo Escolar General Siqueira, que na época funcionava na praça Camerino, em Aracaju. Faz o ginásio na Escola Industrial de Aracaju e sai formado em alfaiataria. No Colégio Estadual Atheneu Sergipense, dirigido pela professora Maria da Glória Portugal, estuda o curso científico. “Na época fazia concurso para entrar no colégio, mas como éramos alunos da Escola Industrial abriram uma exceção e entramos sem concurso. Naquele tempo, o Atheneu era classificado como um dos dois colégios do Nordeste que se assemelhavam ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. O Atheneu Sergipense e o Colégio Estadual do Maranhão”. Fiquei na Escola Técnica Federal de Sergipe (UFS) e no Colégio de Aplicação, onde pelas graças de Deus sou aposentado nos dois”. Sempre estudioso, quando se aposentou tinha 42 livros de desenho, sem falar nos livros de orientação educacional. Tendo muita energia e muito a fazer pela frente pela sua maneira de ser, começa uma nova profissão que sempre o atraiu e daí passa a dedicar seu tempo aos livros (SANTOS, 2009).

muitos autores “experimentavam, pelos tipos móveis da Livraria Regina, a leitura clássica dos livros, que se transformaram em obras essenciais ao evoluir literário de Sergipe”.



**Foto 18:** Rua João Pessoa. Nela localizava-se a Livraria Regina.

**Fonte:** [grupominhaterraesergipe.blogspot.com](http://grupominhaterraesergipe.blogspot.com)

De acordo com Santos (2004, p. 46), o que comprova a Livraria Regina como a melhor gráfica é “o exemplo do MCS, fundado por Santos Souza e José Augusto Garcez. Ele lançou praticamente todos os seus livros pela gráfica da Livraria Regina”. Todavia, no mesmo estudo se tem a lista completa dos livros produzidos pela Livraria Regina, e identifica-se apenas dois, *Aurora de Sangue* (1958), livro de poesia de autoria de José Augusto Garcez e *Realidade e Destino dos Museus* (1959), ambos em sua segunda edição.

Sem querer aqui fazer nenhum tipo de comparação em termos de produção editorial, muito menos ser anacrônico, ou precipitado, percebe-se que José Augusto Garcez utilizou-se de método semelhante a um dos grandes editores brasileiros, o paulista, Monteiro Lobato. Segundo Cilza Bignotto (2010, p. 128), se garantia a circulação e distribuição das obras editadas através de “uma teia de agentes e correspondentes em toda parte, a quem enviava em consignação alguns volumes dos que iam editando”. O que a autora chama de “rede de sociabilidade”. Essa prática foi muito acentuada pelo editor do Movimento Cultural de Sergipe, José Augusto Garcez, que articulou os principais nomes da intelectualidade sergipana e uniu-se a outros intelectuais no Nordeste e Sudeste do país, chegando a ser

conhecido e ter seu trabalho reconhecido fora do país. Tais acontecimentos legitimaram o Movimento Cultural de Sergipe sem falar em seu idealizador.

Sobre esta “rede de sociabilidade” José Augusto Garcez deixou uma documentação vastíssima nas obras editadas por ele através do MCS. O mesmo fazia questão de anexar às obras, as cartas dos intelectuais que se referiam à editora MCS e a ele. Tal hábito de publicação foi notado por Carlos Drummond de Andrade em “Aurora de Sangue” (1958, p. 43-44):

Enquanto isso, mantém correspondência literária com cinco partes do mundo. Garcez tem alguma coisa de mágico na sua atividade insofrida e desajudada, e se há quem não se entusiasme com o seu hábito de publicar todas as cartas que recebe, da terra de Guaraní às Ilhas Malvinas, nem por isso podemos negar a utilidade desse escritor, escrevendo, editando, providenciando, mostrando que Sergipe não se entregou, não desanima, que Sergipe escreve poemas, contos, ensaios e estudos históricos. Carlos Drummond de Andrade.

A carta acima denuncia alguns aspectos tratados nesse estudo. A divulgação do Movimento Cultural até para o exterior, e a importância de José Augusto Garcez para a produção escrita em Sergipe. Essa “rede de sociabilidade” citada acima dizia respeito a uma gama de intelectuais de alta patente em nível estadual, nacional e mundial. Escritores como Manuel Bandeira da Academia Brasileira de Letras também endereça sua correspondência para José Augusto Garcez:

Tenho o maior gosto em declarar que considero do mais louvável mérito o seu empreendimento de revelação a todos os brasileiros do que se vem fazendo em Sergipe em prol da cultura. As publicações que já me foram enviadas fazem honra ao MCS. Ainda confesso, foi com maior prazer que li as suas Mensagens, memórias sobre Holandeses em Sergipe, e os belos versos de José Amado Nascimento. Queira aceitar os meus parabéns, assim como os votos que faço pela prosperidade de sua iniciativa, tão nobremente desenvolvida. Muito seu admirador, Manuel Bandeira. Da Academia Brasileira de Letras. (GARCEZ, 1958, p. 43).



**Foto 19:** Luiz da Câmara Cascudo e Sílvio Sobral Garcez na fazenda Escurial, 1951.

**Fonte:** Em Sergipe del Rey, 1954.

Outro amigo de José Augusto Garcez que contribuiu para a difusão e valorização do Movimento Cultural de Sergipe foi o escritor alagoano de renome nacional e internacional, Luis da Câmara Cascudo<sup>27</sup>. Este foi editado pelo Movimento Cultural de Sergipe. De acordo com informações da obra citada, este folclorista esteve em Sergipe em 1951 a convite de Arnaldo Rolemberg Garcez, o então governador do estado e primo-cunhado de José Augusto Garcez. Na oportunidade Sergipe comemorava o centenário da morte de Sílvio Romero. Foi a partir desta vinda a Sergipe, e por ter visitado várias cidades sergipana, que Câmara Cascudo, através do editor do Movimento Cultural de Sergipe, lançou *Em Sergipe del Rey* (1954), um livro de crônicas, que descreve com detalhes a sua estadia no menor estado da federação.

De acordo com Dantas e Nunes (2009, p. 101), este livro só foi publicado “[...] graças ao fervor editorial de José Augusto Garcez, um mecenas sergipano que editava livros [...]”. Nessa vinda a Sergipe o intelectual alagoano foi a Itaporanga D’Ajuda e almoçou com Sílvio Sobral Garcez, pai de José Augusto Garcez, como vemos na imagem acima. Também nesse momento começa a se forjar uma amizade importante entre JAG e Câmara Cascudo.

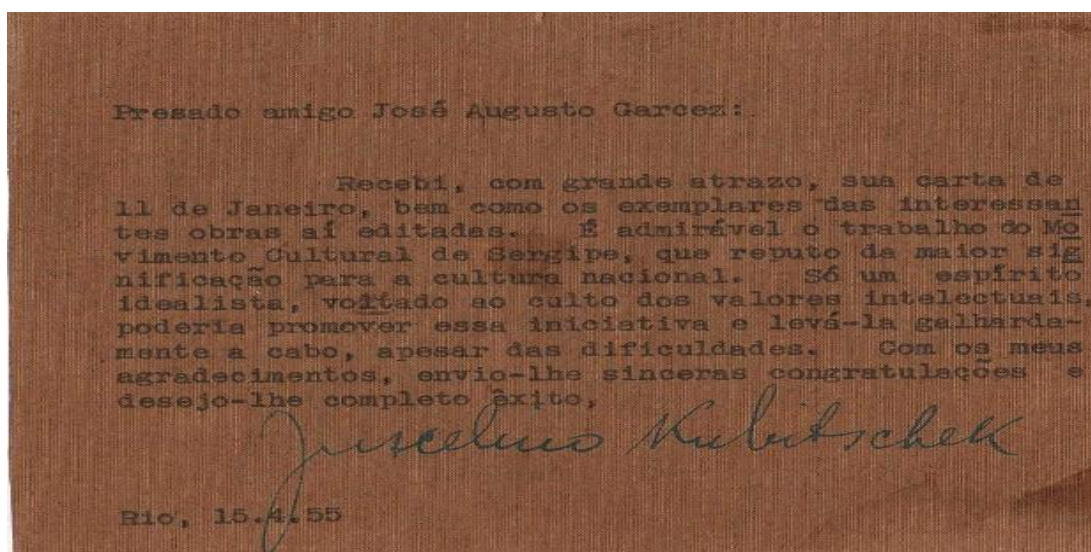
Alguns indícios de como era o trabalho do editor José Augusto Garcez são mostrados na obra *Em Sergipe del Rey* (1954) de Luís da Câmara Cascudo na parte referente a nota final:

<sup>27</sup> Luis da Câmara Cascudo nasceu em Natal, Rio Grande do Norte. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Publicou mais de cem livros, entre eles “Sergipe del Rey (1954)” editado e organizado por JAG. Foi professor de Direito Internacional Público e Etnologia Geral. Considerado o Papa do Folclore (NUNES e DANTAS, 2009).



Zelo e carinho foram empregados cuidadosamente na revisão desta obra. Não valeram os meus esforços e como errata pouco se consulta solicito ao distinto leitor, na proporção que for manuseando este livro, corrigir as contradições ortográficas e demais lapsos que se apresentarem. Legenda e organização de minha autoria. José Augusto Garcez (CASCUDO, 1954).

Até o Presidente da República, Juscelino Kubitschek manteve correspondência com José Augusto Garcez agradecendo os livros recebidos e parabenizando-o pelo Movimento Cultural de Sergipe como se observa na correspondência abaixo.



**Foto 20:** Correspondência de JK destinada a JAG.

**Fonte:** Acervo particular de Sílvia Carolina P. Garcez Aragão.

Os jornais sergipanos e o governo do estado, mesmo posteriormente, no governo de Leandro Maciel, foram fontes inesgotáveis para a divulgação e promoção do Movimento Cultural de Sergipe. Em uma publicação no Diário de Sergipe José Sampaio fala sobre acordo de publicação, “Respondendo ao telegrama do escritor José Augusto Garcez, Feira de Santana, BA [...]estarei Aracaju breves dias pt Acertaremos publicação poemas pt Levarei alguns versos novos pt Abraços JOSÉ SAMPAIO” (DIÁRIO DE SERGIPE, 1954. Ano V. Nº 2592).

José Augusto Garcez não ficou somente em solo sergipano. O mesmo recebeu credenciais do então governador do Estado de Sergipe, Leandro Maciel e do prefeito de Aracaju, Roosevelt Menezes, em 1957, para levar o nome da intelectualidade sergipana para outros estados da federação como Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa ocasião Garcez participou das homenagens alusivas aos setenta e um anos do escritor Manuel Bandeira que ofereceu uma publicação autografada das memórias literárias “Intinerário de Pasárgada”, na

Livraria São José no Rio de Janeiro. Além do sergipano Augusto Garcez participaram deste evento o próprio Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Eneida, dentre outros como se observa na imagem abaixo.



**F 21:** Homenagens alusivas aos setenta e um anos do escritor Manuel Bandeira.

**Fonte:** Acervo particular de Sílvia Carolina P. Garcez Aragão.

Foi a partir dessa “rede de sociabilidade”, que no caso sergipano ia além do setor intelectual e adentrava relações políticas, que o Movimento Cultura de Sergipe tomou essa amplitude, chegando até no exterior em países como Portugal e México. O sociólogo mexicano Carlos A. Echanove Trujillo<sup>28</sup> afirma ter recebido os livros enviados por José Augusto Garcez em um trecho do Diário de Sergipe ele afirmou:

“Com anterioridade recebi otro ejemplar enviado por el Sñr GARCEZ: he recibido también los “Ensaíos” y “INVASÃO DAS ESTRELAS”, del

<sup>28</sup> Carlos A. Echanove Trujillo- notável sociólogo mexicano. Catedrático de Sociologia General y de Sociologia Mexicana em La Universidad Nacional Autónoma de México. Autor do Dicionário Abreviado de Sociologia, Sociologia Mexicana, La Sociologia em Hispanoamérica e uma dezena de obras de inestimável valor para a sociologia contemporânea (DIÁRIO DE SERGIPE, 1954, ano V, nº 2.596).

mismo Sñr GARCEZ a quien ruego a Ud agradecer em mi nombre todos esos amables envios” (DIÁRIO DE SERGIPE, 1954. Ano V. Nº 2596).

Em um primeiro apanhado realizado para esta pesquisa relacionou-se obras publicadas pelo Movimento Cultural de Sergipe. Não se pode afirmar que tal lista esteja completa. O Movimento Cultural de Sergipe atravessou duas décadas e dessa maneira se necessita também recorrer a pesquisas mais aprofundadas. Contudo, nesta relação já é possível perceber a diversidade de temáticas produzidas a partir do Movimento Cultural de Sergipe:

### **Sociologia:**

Grandeza, Decadência e Renovação da vida – Florentino Menezes

### **Biografia:**

Tributo ao Mérito - José Augusto Garcez

Luís da Câmara Cascudo - José Augusto Garcez

Manuel dos Passos - Eunaldo Costa

### **Ensaaios:**

Ensaaios - José Augusto Garcez

Interior da Cidade Subterrânea - José Augusto Grcez

Revolução em marcha - José Augusto Garcez

Euclides da Cunha e Ciqueira de Menezes - José Calasans

### **Crônicas:**

Em Sergipe Del Rey- Luís da Câmara Cascudo

### **História:**

O Destino da Província - José Augusto Garcez

Holandeses em Sergipe- José Augusto Garcez

### **Romance:**

O tesouro de Jaboatão - José Bezerra dos Santos

### **Poesia:**

Cidade Subterrânea - Santos Souza

Invasão das estrelas - José Augusto Garcez

Nós acendemos as nossas estrelas - José Sampaio

Sermões - José Amado Nascimento

Mensagens - José Augusto Garcez

Desejo Morto - José Augusto Garcez  
 Minha cidade - José Amado Nascimento  
 Sonho e Realidade - José Maria Fontes  
 Relíquias - Santos Souza  
 Motivos de Aracaju - Jacinto de Figueiredo  
 ..... de Aracaju - Amado Nascimento  
 Ode órfica - Santos Souza  
 Caiçá - Luiz de Aquino  
 Lagoa do Abaeté - Sindulfo Barreto Filho  
 Cadernos de Elegias - Santos Souza  
 Canudos Submerso - José Augusto Garcez  
 Obras completas - José Sampaio  
 Aurora de sangue - José Augusto Garcez

**Economia:**

Independência econômica do Brasil - Orlando Dantas

**No prelo estavam:**

Instantâneo do Brasil Holandês - José Augusto Garcez  
 Troia de Barro - José Augusto Garcez

**A sair:**

Pássaro de pedra e sono - Santos Souza  
 Dois poetas convergentes - Santos Sousa  
 Cadernos de sonetos - Santos Souza  
 Cantos - Bonifácio Fortes

Diante do exposto, percebe-se nessa primeira varredura, que dentre os livros encontrados, o maior número é do próprio JAG e somente uma minoria está distribuída entre outros autores. Levando-se em consideração a repercussão desse movimento, acredita-se que há um maior número de obras a serem a essas incorporadas. O Movimento Cultural de Sergipe acabou produzindo uma vasta obra que ainda merece maiores estudos. As obras e os autores editados pelo MCS que se apresentam neste trabalho foram fruto de uma “varredura” nos arquivos e bibliotecas do Estado. Contudo, acredita-se também que em Bibliotecas particulares, quiçá a do próprio JAG, possa esclarecer esses pontos ainda nebulosos.

Todavia, também nesse primeiro apanhado, vê-se que há editados de renome. Florentino Teles de Meneses, homem da elite sergipana, filho do ilustre médico Álvaro Teles



de Meneses e de Florentina Teles de Meneses professora e calígrafa de vários lentes da Faculdade de Direito de Recife. Foi pioneiro das Ciências Sociais no Brasil, inaugurando a cátedra de Sociologia do Colégio Atheneu Sergipense de 1926, sendo ainda fundador do IHGS (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe). Também vemos a edição do jornalista, acadêmico (professor de História Moderna e Contemporânea) e poeta Eunaldo Campos. José Calasans Brandão da Silva também está elencado no rol dos publicados pela editora de JAG. Ele consagrou-se no meio intelectual sergipano como uma de suas grandes expressões. Advogado, acadêmico foi professor da Escola Normal e do Ateneu, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, liderando movimentos culturais como o da criação do Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Sergipe, em 1944, ao lado de Orlando Dantas, Garcia Moreno, Urbano Neto, Marcos Ferreira de Jesus, Jorge de Oliveira Neto e outros, a fundação da *Revista de Aracaju*, com Mário Cabral e Fernando Porto. Santos Souza, já anteriormente citado e um dos cabeças do Movimento Cultural de Sergipe. O folclorista internacionalmente conhecido Luís da Câmara Cascudo, dentre outros.

Dessa forma, o Movimento Cultural de Sergipe foi uma grande expressão de fomento cultural em Sergipe. Contudo na década de 1970, perde força e se extingue. Fato também que necessita aprofundamento, para que se possa compreender sua decadência. Essa relação de livros e homens precisa ser melhor esclarecida, assim como os mecanismos intrínsecos do funcionamento e gerenciamento da Editora do Movimento Cultural de Sergipe e do próprio movimento de JAG, que ao primeiro olhar parece possuir novas facetas, a serem estudadas em trabalhos de maior fôlego. Acredita-se que novos trabalhos acerca do tema precisam ser elaborados, pois, se tem muito a fazer na área da história do livro e da editoração em Sergipe. Este trabalho pode ser ampliado a partir de uma caracterização mais precisa dos autores e obras editadas pelo MCS. Logo, o mesmo está aberto para novas discussões na área da história do livro e da editoração sergipana. Um campo para ser explorado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos aqui empreendidos, observa-se que José Augusto Garcez - JAG, diferentemente dos rumos tomados pelos seus parentes, na indústria, política e área jurídica. Embora a princípio tenha iniciado carreira jurídica na Faculdade de Salvador, optou por afirmar-se pelo caminho das letras, numa reconversão de capitais, ato inerente às elites,

mas dominando sua esfera de atuação, tornando-se expressão no campo editorial por vinte anos e no cultural, durante toda sua trajetória em Sergipe.

Todavia, deve-se explicitar ainda, que os recursos herdados pela estrutura econômica, política e social de seus familiares permitiu e facultou sua atuação em instituições voltadas para a difusão da informação e da cultura sergipana, a exemplo do IHGS, Academia Sergipana de Letras. E mesmo, quando de seu trabalho como radialista, bem como nos jornais locais, ou na sua indicação para o Banco do Brasil, trabalho não somente valorizado, mas à época rentável e prestigioso.

Dessa forma, José Augusto Garcez, teve uma forte atuação na difusão da cultura e da informação no estado tendo idealizado instituições como o Museu de Arte e Tradição, o Serviço de Pesquisa Científica, e o Movimento Cultural de Sergipe, responsável por um número considerável de publicações de obras suas e de autores sergipanos. Também atuou no Programa Cultural Luso Brasileiro na antiga Rádio Difusora, através da qual fazia circular a informação publicando e divulgando oralmente, as obras publicadas pelo referido movimento. Vê-se que ao tempo em que realmente difundia informação e cultura, JAG também vinculava a seu nome, um a ação efetiva para retirada de Sergipe, segundo ele, antigamente “palco de tantos intelectuais de renome nacional”, do marasmo cultural que se encontrava nos últimos anos da década de 1940.

Diante do exposto, vê-se que o Movimento Cultural de Sergipe através do seu editor José Augusto Garcez, contribuiu para a difusão da informação e do conhecimento em Sergipe, atingindo uma parcela significativa da sociedade sergipana e arregimentando um número significativo de intelectuais. Para executar tal tarefa José Augusto Garcez, homem da elite sergipana utilizando-se de suas fortes relações em diferentes grupos de poder, utilizou-se de seus recursos pessoais, tais como origem social, poder econômico, rede de sociabilidade e mesmo utilizando seu próprio erário para o desenvolvimento do seu Movimento Cultural de Sergipe. Contudo, percebe-se também que o Movimento Cultural de Sergipe, foi também veículo de construção de sua imagem simbólica de José Augusto Garcez que se consolidou como o mecenas das artes gráficas do Estado de Sergipe na metade do século XX, sendo reconhecido como tal, não somente em terra natal, mas nacionalmente, pela “pena” de grandes intelectuais brasileiros, tais como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Câmara Cascudo, José Olympio, dentre outros.

Assim, entende-se, com base na teoria que no “campo dos possíveis”, ou seja, dentro das possibilidades apresentadas pelo campo intelectual sergipano e a partir de um determinado *habitus*, moldado por uma educação de qualidade e uma propensão para as letras,

ainda em tempos de escola, e atuando em consonância com os *capitais* e das relações dele advindas José Augusto Garcez galgou diversos postos e angariou experiências nacionais e internacionais, ganhando expressão, o que lhe facultou consolidar a imagem simbólica de mecenas sergipano em meados do século XX.

Por fim, espera-se que o presente estudo lance um primeiro olhar e contribua para construção de parte da história da editoração e do livro em Sergipe, ainda por se fazer. Contudo, o mesmo encontra-se aberto para estudos mais abrangentes que possibilitem aprofundar aspectos biográficos e relacionais de José Augusto Garcez em diversos campos de poder em Sergipe. Também o Movimento Cultural de Sergipe, carece de maiores estudos para dirimir questões como, precisar o número de edições e editados saídos dos prelos sob a coordenação do Movimento Cultural de Sergipe, caracterizando-os de maneira mais específica, com ênfase na rede de sociabilidade intelectual deste período em Sergipe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do baronato sergipano. Aracaju: **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**. Aracaju: Revista do IHGS. N.º 33. 2000.

ARAÚJO, Acrísio Têrres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: gráfica do Senado, 1993.

ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Literatura Sergipana**. Brasília-DF. 2.ed. 1976.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

ARNS, Paulo Evaristo. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Ibero América, s.d..2v.

BARRETO, Luiz Antônio. Arnaldo Rollemberg Garcez, um político de muitos mandatos. BLOG, 2006. Disponível em: [http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=43422&titulo=Luis\\_Antonio\\_Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=43422&titulo=Luis_Antonio_Barreto). Acesso em: 12 de jan. 2014.

BARRETO, Luiz Antônio. JAG: estranho homem. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aju, n.31, p. 205-206, 1992.

BELO, André. **História e livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BENDASSOLLI, Pedro F. Ilusão biográfica. In: Especial: carreiras. Vol. 7. N. 1. Jan/fev. 2008. Disponível em: < <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/5103.pdf> >. Cesso em: 13 de jan. 2014.

BIGNOTTO, Cilza. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010, p. 121-137.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BOUDIEU, Pierre. **A prática social entre o campo e o habitus** In: MOCELIN, Daniel G. 2010. Disponível em:< <http://fatosociologico.blogspot.com/2010/05/pierre-bourdieu-pratica-social-entre-o.html>>. Acesso em: 12 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGANÇA, Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores, In: **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp. 2010.

BRAGANÇA, Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores, In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp. 2010.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 19, 1997, p. 11.

CARA, Salete de Almeida. **Machado de Assis**. 2 ed. São Paulo: Editora Global. Coleção Melhores Crônicas, 2005.

CARMO, Mauro. Movimento Cultural de Sergipe. **Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2596, 23 mar. 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Em Sergipe del Rey**. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1954.

CAVALCANTI, Nireu O. **Rio de Janeiro centro histórico 1808-1998**: Marcos da Colônia. Rio de Janeiro: Anima/Dresdner Bank Brasil, 2004.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CIPOLLA, Marcelo Brandão. **Dicionário Oxford de arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2001. p. 7-18.

CURY, Marília Xavier. 25 de maio de 2012. Disponível em:<<http://criticaexpografica.wordpress.com/2012/05/25/o-que-e-expografia>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica Maria Meneses. **Destinatário: Felte Bezerra-cartas a um antropólogo sergipano (1947-59 e 1973-85)**. São Cristóvão: UFS, 2009.

**Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2596, 19 mar. 1954.

DIÁRIO do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em Janeiro de 1860. **Revista do IHGS**. v 21. n. 26b, p.64-78. 1965.

DIAS, Givaldo. Os descendentes dos barões de Itaporanga e de Estância, Domingos e Antonio Dias Coelho e Mello, voltaram a governar o estado. 2010. Disponível em:<<http://itaporangasergipe.blogspot.com.br/2010/12/os-descendentes-dos-baroes-de-itaporanga.html>>. Acesso em: 13 de nov. 2013.

DÓRIA, Epifânio. Movimento Cultural de Sergipe. **Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2591, 5 mar. 1954.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp. 2010.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo:UNESP, 2010.

EVARISTO ARNS, Dom Paulo. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

EVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FONTES, Ariosvaldo Silveira. **Figuras e fatos de Sergipe**. Porto alegre: CFP Senai Artes Gráficas Henrique D'ávila Bertaso, 1992.

GARCEZ, José Augusto. **Aurora de sangue**. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe/Livraria Regina, 1958.

GARCEZ, José Augusto. **Mensagem Renovada**: idéias e ação. Aju: Separata da Rev. A.S.L. nº 25 de 1975.

GARCEZ, José Augusto. **O destino da província**. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1954.

GARCEZ, José Augusto. **Realidade e Destino dos Museus**. Aracaju-SE: Livraria Regina LTDA, 1959.

GARCEZ, José Augusto. **Tributo ao Mérito**: opiniões sobre a vida e obra do sociólogo sergipano, professor Florentino Menezes. Aju: Movimento Cultural de Sergipe: 1953.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HEINZ, Flávio M.(org.) **Por outra História das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. CD-ROM. 5.0. São Paulo: Editora Objetiva. 2009.

HUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JÚNIOR, Arnaldo Nogueira. Natal triste: Zozimo Lima. 21 fev. 2014. Disponível em:<[www.releituras.com/ne\\_zlima\\_natal.asp](http://www.releituras.com/ne_zlima_natal.asp)>. Acesso em: 26 fev. 2014.

KATZENSTEIN, Úrsula E. **A Origem do Livro**: da idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no ocidente. São Paulo: HUCITEC: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **O Preço da Leitura**: leis e números por detrás das letras. São Paulo: Ática, 2001.

LEANDRO, Hélio; SANTOS, David. Grandes Famílias e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Reconversões sociais e esferas de atuação. **Scientia Plena**, v. 6, n. 12(b), 2010.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro, Ed. 34,1993.

LIMA, Jackson da Silva. **História da literatura sergipana**. Aracaju: Regina, 1971.

LIMA, Zózimo. Movimento Cultural de Sergipe. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XLVI, n. 4842, 21 nov. 1953.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. São Paulo: SENAC, 2011.

MALTA, Marina Oliveira. **O Ensino profissionalizante em Sergipe**. Contribuição do Instituto profissional Coelho Campos (1922-1944). Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 2010.

MARTIN, Henry-Jean & FEBVRE, Lucien. **O aparecimento do livro**. São Paulo, Hucitec/Ed. Unesp, 2000.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

MCMURTRIE, Douglas C. **O livro**: impressão e fabrico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

MELO, Antônio Dias Coelho e. O Barão de Estância. Itaporanga d'Ajuda, 13 de junho de 2009. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_Dias\\_Coelho\\_e\\_Melo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Dias_Coelho_e_Melo)>. Acesso em 8 dez. 2013.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MELO, José Marques de. Org. **Imprensa Brasileira**: Personagens que fizeram história. São Paulo: Universidade Metodista, 2009.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.

MINDLIN, José. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORAES, A.; Balster, M.; Herzog, P. Legibilidade das famílias tipográficas. In: **P & D Design estudos em design**. Rio de Janeiro, 2006. Anais: Rio de Janeiro: Associação de Ensino de Design do Brasil, p.7-21.

MORAIS, Paulo Fernando Teles. **Letra y e outros contos**. Aju, 1985.



Movimento Cultural de Sergipe. **Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2589, 24 fev. 1954.

Movimento Cultural de Sergipe. **Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2583, 9 fev. 1954.

Movimento Cultural de Sergipe. **Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2581, 3 fev. 1954.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

NETO, Theotônio. História do Rádio em Sergipe. Meio Ambiente em Foco. 2009. Disponível em: <<http://www.wespacoambiental.blogspot.com.br/2009/08/historia-do-radio-em-sergipe.html>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NOGUEIRA JR. Arnaldo. Biografias de Zózimo Lima: projeto releituras, 2014. Disponível em: <[http://www.releituras.com/ne\\_zlima\\_natal.asp](http://www.releituras.com/ne_zlima_natal.asp)>. Acesso em: 7 fev. 2014.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SAINT MARTIN, M. Reconversões e reestruturações das elites: O caso da aristocracia em França. In: Revista Análise Social. Vol. XXX (134), 1995 (5.º), 1023-1039. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223389034F9vBA2bc9Cp29OZ5.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2014.

SAMPAIO, José. Movimento Cultural de Sergipe. **Diário de Sergipe**, Aracaju, ano V, n. 2592, mar. 1954.

SANTANA, Verônica. O rádio em Sergipe. Disponível em: <[sintoniaradiofonica.blogspot.com/2012/12/radio-em-sergipe-por-veronica-santana.html](http://sintoniaradiofonica.blogspot.com/2012/12/radio-em-sergipe-por-veronica-santana.html)>. Acesso em: 13 jan. 2014.

SANTOS, Arionaldo Moura. Histórico do Colégio Estadual "Tobias Barreto" de Aracaju. Publicado no site: webartigos.com, em 02 de outubro de 2011 (História). Disponível em: <<http://istoessergipe.blogspot.com.br/2013/08/colégio-estadual-tobias-barreto.html>>. Acesso em: 15 jan. de 2014.

SANTOS, Cláudio de Jesus. **Era uma casa era um museu: a formação do pensamento museológico social sergipano em José Augusto Garcez (1948-1992)**. Aracaju, 2011.

SANTOS, Cláudio de Jesus. José Augusto Garcez, precursor da museologia sergipana. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 1/6/2009, p. B6.

SANTOS, David W. S. dos; LENADRO, Hélio W. S. Grandes famílias e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Reconversões sociais e esferas de atuação. **Scientia Plena** 6, 121602 (2010).

SANTOS, Elissandra Silva. **Livraria Regina**: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976). São Cristóvão, 2004.

SANTOS, Osmário. Manuel Messias: o querido professor de desenho, 2009. Infonet. Disponível em: <[http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc\\_conteudo.asp?codigo=14900&catalogo=5&inicio=24](http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc_conteudo.asp?codigo=14900&catalogo=5&inicio=24)>. Acesso em: 17 jan. 2014.

SEILD, Ernesto. A espada como “vocação”: as “grandes famílias” e o exército do Rio Grande do Sul (1850-1930). **Teoria & Sociedade**, revista da UFMG, Minas Gerais, nº 9, p. 104-139, jun. 2002.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Os irmãos Weiszflog em busca dos mercados escolares: identidades nas Edições Melhoramentos dos primórdios à década de 1960. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TRUJILLO, Carlos A. Echanove. Movimento Cultural de Sergipe no estrangeiro.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/terms-of-use/terms-of-use/copyright/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Vida Cultural. **Correio de Aracaju**, Aracaju, 29 out. 1951.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **José Olympio**: o descobridor de escritores. Rio de Janeiro: THEX, 2001.

VISCONTI, Maria Cristina; JUNQUEIRA, Zilda A.. **Escrita**: das paredes ao computador. São Paulo: Ática, 1996.